

Braga, Marcos da Costa; "ABDI: a primeira associação profissional de desenho industrial", p. 87-142 . In: Braga, Marcos da Costa. ABDI e APDINS-RJ, 2ª edição. São Paulo: Blucher, 2016. ISBN: 9788580390346  
Disponível em <http://openaccess.blucher.com.br/article-details/19732>

# 2

## CAPÍTULO

# **ABDI: A PRIMEIRA ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DE DESENHO INDUSTRIAL**

## **2.1 ORIGENS E FORMAÇÃO**

A ABDI foi constituída por profissionais pioneiros que atuavam no campo do desenho industrial nos anos 1950 e 1960, e que possuíam formação diversificada. Alguns docentes da ESDI e da FAUUSP estavam entre esses profissionais, pois também realizavam trabalhos de design para o mercado.

Através de contatos pessoais e profissionais, uma pequena rede social reuniu um grupo atuante na área do design no eixo Rio de Janeiro – São Paulo,

que possibilitou a fundação da ABDI em setembro de 1963. Os contatos para a reunião do grupo foram consequência do interesse em uma ação coletiva e da busca de informações sobre o design, que acabam confluindo para uma ação organizada. Esses profissionais e docentes sentiram a necessidade de assumirem um papel mais “coletivo do que pura e simplesmente um papel de professor ou simplesmente de profissional”.<sup>1</sup>

Os arquitetos docentes da USP acompanharam o processo de criação da ESDI e mantiveram relações profissionais e sociais com os docentes da escola carioca. Wollner e Bergmiller, apesar de pertencerem ao corpo docente da escola do Rio de Janeiro, atuavam profissionalmente em São Paulo. Bergmiller, por exemplo, trabalhou com Cauduro no projeto de mobiliário urbano para o campus da USP em 1963.

A visita de uma personalidade estrangeira também foi fator estimulador para a criação da ABDI. Misha Black, presidente do ICSID, visitou o Brasil nos primeiros dias de maio de 1963,<sup>2</sup> após participação em um seminário na Argentina. A visita era apoiada pela Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, que entrou em contato com Bergmiller para auxiliá-la na recepção de Black. Bergmiller, que já conhecia Black do meio profissional do design internacional, organiza um encontro “com vários profissionais”,<sup>3</sup> que eram pioneiros do design em São Paulo. Black visitou o escritório de Ruben Martins e sugeriu ao grupo de profissionais fundar uma associação e filiar-se ao ICSID.

Desse processo fez parte a ida dos quatro docentes e arquitetos da FAUUSP, em junho de 1963, ao III Congresso do ICSID.<sup>4</sup> A intenção principal era saber como funcionavam organismos internacionais de design e estabelecer contatos internacionais.

A partir de alguns encontros<sup>5</sup> entre os pioneiros do design, surge a ideia da fundação da Associação Brasileira de Desenho Industrial, que tem sua primeira ata datada de 10 de setembro de 1963.<sup>6</sup> Uma Diretoria provisória foi nomeada

1 Entrevista realizada com Lucio Grinover. *Op.Cit.* 2000.

2 ICSID, *South American Diary: Journal of a visit by Misha Black*. agosto de 1963. p. 9.

3 Entrevista realizada com Karl Heinz Bergmiller. *Op.Cit.* 2000. Alguns arquitetos da FAUUSP teriam participado desta reunião, segundo Bergmiller. Os publicitários José Zaragoza e Roberto Duailibi da atual agência DPZ teriam estado também nesta reunião. Black também visitou o prédio da FAUUSP na rua Maranhão.

4 Citada no Capítulo 1.

5 Reuniões também foram promovidas pelos docentes junto com estudantes na FAUUSP em sua antiga sede, na Rua Maranhão, com o objetivo de discutir a formação da associação.

6 Assinaram a Ata da Fundação da ABDI: Décio Pignatari, Ruben Martins, Karl Heinz Bergmiller, Leib (Léo) Seincman, Luiz Roberto Carvalho, João Rodolfo Stroeter, Lucio Grinover, Abraão Sanovicz, Willys de Castro, João Carlos Cauduro, Candido Malta Campos Filho, Julio Roberto Katinsky, Alexandre Wollner, Fabrizio Fabriziani e Modesto de Barros

com mandato até 15 de janeiro de 1964, quando ocorreriam novas eleições para o primeiro biênio 1964-1966. O primeiro Estatuto da Associação foi votado e aprovado já nesta primeira assembleia, assim como a mensalidade.

A entidade pioneira foi rapidamente divulgada por meio de carta assinada pelo seu primeiro presidente, Lucio Grinover, para os demais profissionais que eram conhecidos pelos fundadores e por outros que apoiavam a Associação, mas que não estavam presentes na data da fundação como Aloisio Magalhães.

O Estatuto da ABDI definia a Associação como “sem fins econômicos” e “de caráter cultural”. Os objetivos da entidade abrangiam cinco ações principais: a) reunir “os desenhistas industriais que exercem a profissão no país” e servir de fórum de aproximação com quaisquer interessados no desenvolvimento do desenho industrial no Brasil; b) atuar “na criação de condições favoráveis ao desenvolvimento do desenho industrial” e “contribuir para a qualificação técnico-formal e cultural do produto industrial” por meio de diversificados eventos e ações; c) “divulgar e documentar as atividades dos sócios”; d) assessorar os sócios em suas relações profissionais, destacando o registro autoral na própria ABDI; e) “desenvolver gestões no sentido do reconhecimento e regulamentação da profissão”.<sup>7</sup>

As ações de divulgar e conscientizar conceitos, sobre o que é o design, tiveram maior atenção dos fundadores da Associação pioneira. Seria reflexo dessa linha de ação que na configuração dos cargos constassem um diretor de informação e um diretor de divulgação. Ao primeiro competiria “fornecer, incentivar e desenvolver a informação teórica, técnica e artística”. E, ao segundo, além de organizar a secretaria da ABDI, competiria “divulgar as atividades da Sociedade”.<sup>8</sup> Completavam a Diretoria, um diretor de fundos, para cuidar das questões financeiras e três diretores de planejamento, aos quais competia a organização das atividades da ABDI.<sup>9</sup>

A denominação “Brasileira” caracterizava a intenção dos fundadores da ABDI de que a Associação tivesse projeção nacional e mais tarde contasse com representações de outros estados, além do Rio de Janeiro e São Paulo. Sendo a primeira Associação do gênero no país e almejando permanecer com uma proje-

---

Carvalhosa.

7 Estatutos Sociais da Associação Brasileira de Desenho Industrial. In *Desenho Industrial: aspectos sociais, históricos, culturais e econômicos*. São Paulo: Fórum Roberto Simonson/FIESP/ABDI, 1964. p. 101.

8 Estatutos Sociais da Associação Brasileira de Desenho Industrial. *Op.Cit.* 1964. p.101.

9 A Diretoria Provisória foi composta por Lucio Grinover, Décio Pignatari, Ruben Martins, Leib Seincman, Willys de Castro, João Carlos Cauduro e Alexandre Wollner. Seu conselho fiscal foi formado pelos titulares Luiz Roberto C. Franco, Candido Malta Campos Filho e Fabrizio Fabriziani. Na suplência deste Conselho estavam Julio Roberto Katinsky, João Rodolfo Stroeter e Karl Heinz Bergmiller.

ção no contexto internacional, alcançada por meio de sua filiação ao ICSID, era natural estabelecer-se como de âmbito nacional.

Embalados pelo otimismo da industrialização da época e entusiasmados com a convergência de interesses profissionais, os designers pioneiros complementam, com a criação da ABDI, o processo do início da institucionalização do design no País.

A seguir, abordaremos os primeiros anos da ABDI, até 1968, abrangendo as atividades desenvolvidas ao longo da Diretoria provisória e das duas diretorias eleitas posteriormente.

## **2.2 OS PRIMEIROS ANOS**

### **2.2.1 A PRESENÇA EMPRESARIAL**

Desde seu começo institucional, a ABDI desempenhou um papel de divulgação e disseminação do design industrial objetivando, principalmente, as empresas para uma possível expansão do mercado de trabalho. Essa aproximação encontrou eco entre alguns empresários de empresas de médio e grande porte, com os quais os membros da ABDI mantinham relações profissionais e sociais.

A divulgação do design envolvia um trabalho de conscientização sobre o papel do desenho industrial. Mediante palestras e publicações direcionadas principalmente aos clientes, potenciais contratantes de designers, objetivava-se não só a abertura do mercado de trabalho de modo mais amplo, mas também a possibilidade de novos projetos para os membros associados da ABDI. Os poucos profissionais associados consideravam que a ABDI serviria de fórum entre pares e possibilitaria ações mais eficientes em conjunto para a conscientização do empresariado sobre o papel do design em suas empresas.

A presença empresarial marcou não só o modo como a ABDI pretendeu divulgar o design, mas também a sua própria fundação e formação. Empresários que eram clientes e amigos dos designers antes da fundação da ABDI participaram da Associação como seus fundadores, ou como articuladores de contatos com outros empresários, ou, ainda, como patrocinadores e parceiros na realização de eventos e publicações da ABDI.

José Serber e Leib Seincman, que compuseram diretorias da associação, eram industriais e chegaram a contratar alguns serviços de design de membros da ABDI. Serber era da indústria de móveis para escritório Escriba, fundada em 1962 e Leib Seincman foi um dos donos da indústria de móveis Ambiente e em 1964 fundou a indústria Projeto. Além de Seincman, destacaram-se, no apoio à ABDI, José

Mindlin, da Metal Leve; Luis Villares, das indústrias Villares e Giorgio Padovano, da Olivetti do Brasil.

Mesmo entre alguns arquitetos que participaram da ABDI, em seus primeiros anos, encontramos empresários de indústrias de móveis como Michel Arnoult e Jorge Zalsupin. O caráter empresarial também orientava a atuação de alguns outros membros da ABDI que abriram escritórios para prestar serviços de design. Portanto, nem todos trabalhavam como autônomos ou assalariados.

O Estatuto da ABDI previa as categorias de sócio titular e coletivo. O empresário poderia filiar-se à Associação como sócio titular na condição de pessoa física. As empresas, por sua vez, poderiam associar-se como sócio coletivo na condição de pessoa jurídica. Esse modelo associativo de envolvimento direto com o setor produtivo era inspirado na ação dos arquitetos italianos que, desde a década anterior, tinham firmado ações conjuntas com empresários para alavancar o design da Itália.

Coerente, portanto, que o primeiro grande evento de divulgação do design pela ABDI junto ao empresariado tenha sido apoiado pelo Fórum Roberto Simonsen, entidade da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.<sup>10</sup> A FIESP foi contatada aproveitando as relações com empresas que os associados já possuíam. A divulgação do design poderia, assim, ser feita de forma institucional e para um maior número de empresários, facilitando o trabalho de conscientização que, segundo Bergmiller,<sup>11</sup> foi feito por muito tempo pelos associados da ABDI.

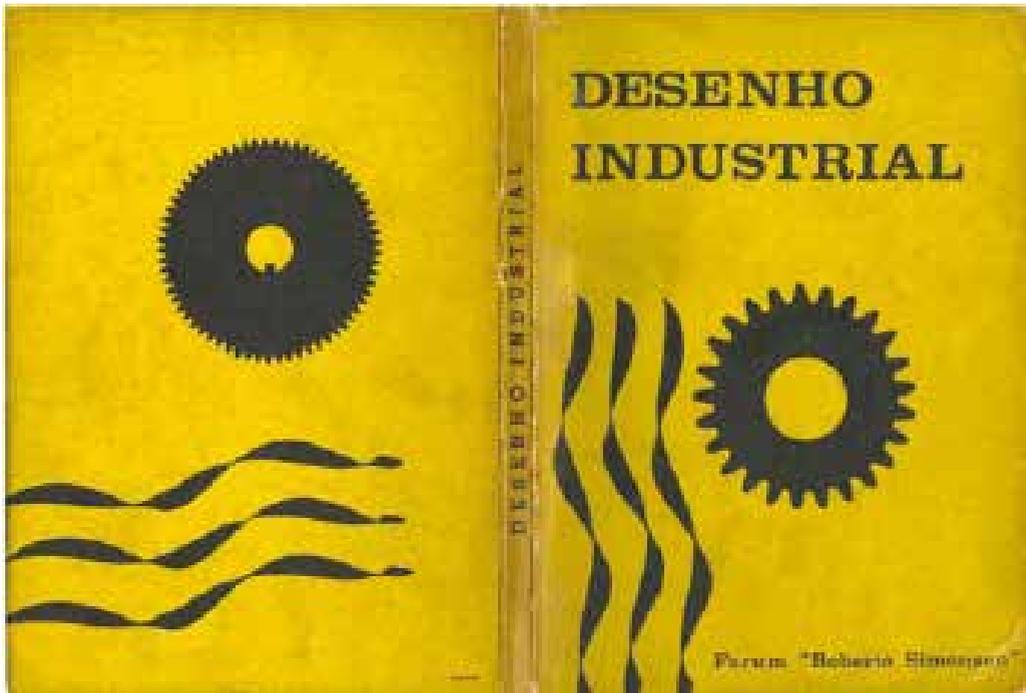
Esse evento resultou na primeira publicação da ABDI, que foi paga pela FIESP. O livro *Desenho Industrial: aspectos sociais, históricos, culturais e econômicos*, editado em 1964, pelo Fórum Roberto Simonsen, trazia os textos das conferências proferidas por membros associados da ABDI (ver Figura 2.1). Contemplava definições sobre a profissão de desenhista industrial, sua história no Brasil e no mundo e os diversos aspectos técnicos e sociais que o envolviam.<sup>12</sup>

---

10 O Fórum Roberto Simonsen foi criado em 1948 como órgão cultural para promover debates de problemas sociais, econômicos, financeiros e técnicos. Em 1965 foi transformado no atual Instituto Roberto Simonsen com maior ênfase nas atividades culturais e análise dos temas nacionais.

11 Entrevista realizada com Karl Heinz Bergmiller. *Op.Cit.* 2000.

12 Coube a Décio Pignatari, como Diretor de Informação, a primeira definição da profissão de desenhista industrial que foi publicada pela ABDI.



**Figura 2.1** Capa e contra capa da publicação *Desenho Industrial: Aspectos sociais, históricos, culturais e econômicos*, editada pelo Fórum Roberto Simonsen em 1964.

## 2.2.2 PARCERIAS E EVENTOS

O evento acima marcou o início das parcerias dos intelectuais e empresários, que se interessavam pelo design, na Associação profissional pioneira em atividades culturais e de divulgação do design.

Apesar do foco na atuação profissional e na ampliação do mercado de trabalho expresso no Estatuto, Lucio Grinover observa que “obviamente, como o pessoal que dirigia a ABDI, [...] estava ligado ao ensino no Rio de Janeiro ou aqui (São Paulo)”, a ABDI em seu início também se preocupava com o ensino do design.<sup>13</sup>

Em conjunto com as instituições acadêmicas, a ABDI, em 1964, planejou e organizou o I Seminário de Ensino de Desenho Industrial, que foi definido como “o primeiro desse gênero realizado no país e, acreditamos, na América Latina”.<sup>14</sup>

13 Entrevista realizada com Lucio Grinover. *Op.Cit.* 2000.

14 Revista PRODUTO E LINGUAGEM. São Paulo: ABDI. v. 1, n. 1, primeiro trimestre. 1965. p. 18.

O evento ocorreu em duas etapas, uma em São Paulo, de 9 a 13 de novembro de 1964, e a outra na cidade do Rio de Janeiro, de 21 a 23 de junho de 1965.

A parceria com a FAUUSP, ESDI e FIESP possibilitou à ABDI preparar as duas etapas. No certame paulista, o público frequentador foi em média de 25 pessoas, predominantemente formado por professores, designers do mercado profissional e empresários. O objetivo foi a “exposição, exame e debate do ensino de desenho industrial em países estrangeiros e no Brasil”. As palestras e sessões expositivas se dividiam no auditório da Biblioteca Municipal de São Paulo e nas salas da FAU (em sessões noturnas). Indústrias prestaram “apoio material” que auxiliou a superar as dificuldades de realização do evento.<sup>15</sup>

Na versão carioca, realizada na ESDI, o objetivo centrou-se na definição e discussão dos conceitos básicos sobre “o processo de ensino de Desenho Industrial; bem como um possível projeto de escola-padrão de nível superior, para o ensino do Desenho Industrial no Brasil”.<sup>16</sup> As relações entre escola e indústria e a formação de um *curriculum* de escola-padrão compuseram os temas principais que nortearam as palestras. Professores e estudantes da ESDI e representantes de “todas as escolas interessadas no assunto” integraram a plenária do evento, que contou com a participação de Lucio Grinover e Décio Pignatari como palestrantes.

No relatório de atividades de 1965, da ABDI, o Seminário de Ensino foi registrado por meio de recomendações resultantes dos debates promovidos pela plenária do evento. No texto, há o registro que o objetivo de esquematizar uma escola-padrão não foi alcançado, ao final do seminário. No relatório, a ESDI reconhecia a ABDI como “o órgão associativo-cultural legítimo – e adequado à defesa dos interesses e aspirações dos desenhistas industriais”<sup>17</sup> no Brasil. Entretanto, propõe-se que sejam “levadas em consideração outras formas de organização do ensino superior de Desenho Industrial”, como escolas superiores desenvolvidas a partir de escolas técnicas ou industriais ou institutos inseridos na estrutura departamental universitária. O documento trazia ainda recomendações para esforços no sentido de fazer o reconhecimento social, a regulamentação da profissão e a cooperação entre as entidades de design em prol da atividade no País. Devemos lembrar que em 1965 os publicitários, que compõem um campo profissional que tem interseção com o campo do design gráfico em algumas atividades e no qual atuavam alguns membros da ABDI, obtiveram a sua regulamentação da profissão por meio da Lei nº 4680. Fato que deve ter renovado o interesse dos designers da associação pioneira a buscarem a regulamentação da sua profissão.

15 As indústrias eram: Móvel Contemporânea (de Michel Arnault), Indústria de Papel Leon Fefber S. A., Philips do Brasil, Olivetti, General Motors do Brasil, Play-Arte Decorações, Projeto-Produtos e Objetos Projetados Ltda e o Sr. Milly-Teperman (*Ib.Ibid.*).

16 Revista PRODUTO E LINGUAGEM. São Paulo: ABDI. v. 1, n. 2, segundo trimestre. 1965. Contracapa.

17 RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 1965. São Paulo: ABDI. Sem data. p. 4-5.

As exposições de trabalhos e o incentivo à promoção de concursos ou premiações por parte de empresas formaram um dos eixos das atividades culturais empreendidos pela ABDI como parte da estratégia de divulgação e conscientização sobre o design brasileiro.

As relações sociais e profissionais dos designers da ABDI com empresas facilitaram a estruturação dessas atividades por meio do apoio de empresários que possuíam interesse em eventos culturais e que também já tinham alguma consciência sobre o que era o design industrial.

Nos primeiros anos de atividades da ABDI, destaca-se a parceria montada com a firma Alcântara Machado Comércio e Empreendimento Ltda, responsável pela realização de feiras industriais e comerciais. Os Prêmios Lúcio Meira, sobre veículos automotores; e Roberto Simonsen, sobre projetos e produtos de utilidades domésticas, foram promovidos pela Alcântara Machado a partir de 1962 e 1963, respectivamente, e ambos passaram a contar com a ABDI na montagem do júri e na sua organização a partir de 1964. Além disso, a Alcântara Machado abriu espaço para que a ABDI organizasse um *stand* em suas feiras, funcionando como “um centro de informações e comunicação direta com industriais e com o grande público”.<sup>18</sup>

Segundo Lucio Grinover, a origem da premiação na Feira Nacional de Utilidades Domésticas, UD, que tinha se iniciado em 1960, foi a partir de reuniões feitas com Caio Alcântara Machado, viabilizadas por um funcionário das Indústrias de Tornos Romi, para as quais Grinover realizou projetos de arquitetura na época. Na oportunidade, Grinover sugeriu que as Feiras industriais abrigassem alguma atividade de desenho industrial que auxiliasse a sua divulgação. O Prêmio Roberto Simonsen foi criado em 1962, patrocinado pela FIESP, e abrangia mais de uma categoria de produtos para o lar. Foi realizado por ocasião da Feira da UD, que ocorria anualmente em São Paulo, nos anos de 1960. Durou de 1963 a 1970. É até o momento o primeiro prêmio de design de produto, diversificado e com periodicidade, conhecido da nossa história. Em suas oito edições, sete projetos foram premiados com o primeiro lugar e 24 receberam o ‘Certificado de Boa Forma’. A maioria era mobiliário, mas também receberam premiação luminárias, conjuntos sanitários, maçaneta de porta, copos e eletrodomésticos.<sup>19</sup> A grande maioria era de produtos que foram industrializados.

18 Revista PRODUTO E LINGUAGEM. São Paulo: ABDI. v. 2, n. 3, primeiro trimestre. 1966.

19 Alguns autores desses projetos eram sócios da ABDI. Outros ficaram conhecidos pelo campo profissional a partir da participação na premiação. Suas formações eram variadas. No momento, está em andamento pesquisa sobre a história desse Prêmio pioneiro com previsão de término para 2013.

Na primeira edição de abril de 1963, a ABDI ainda não existia. A organização do Prêmio foi feita pelo escritório de arquitetura promocional M. S. Bagdócio com acessória técnica de Pietro Bardi, diretor do MASP, Sérgio Kehl, professor da Escola Politécnica da USP e de Marc Berkowitz, da Associação Brasileira de Críticos de Arte<sup>20</sup>. A partir de 1964, o júri montado pela ABDI, em sete das oito edições, contava com um representante das instituições interessadas em desenho industrial na época: IAB, ESDI, FAUUSP, FAU-Mackenzie e ABDI. A maioria dos jurados era formada por arquitetos.

O Prêmio Lúcio Meira existiu até meados 1974 e ocorria nas edições bianuais do salão do automóvel. Na primeira edição de 1962, o júri contou com a presença do italiano Pininfarina e o vencedor foi o uruguaio Carlos Henrique Luciardi. O brasileiro Marcio L. Piancastelli ficou em segundo com o projeto do carro Itapuan. Nas edições seguintes do certame participaram e foram premiados jovens designers como Joaquim Redig, Auresnede Pires Stephan e Ari Rocha. Na edição de 1964, Ari Rocha ganhou a premiação com a proposta de um minicarro urbano, o Aruanda, que tinha sido desenvolvido nas dependências da FAUUSP (Figura 2.2). Um protótipo do Aruanda foi construído na Itália e ganhou outro prêmio em 1965, no salão do automóvel em Turim. A grande maioria dos projetos era proposta em plantas, modelos ou em um protótipo. A existência da premiação acalentou o sonho de muitos jovens designers de trabalhar na grande indústria automotiva, mas, como afirma Katinsky (1983), os projetos vencedores, apesar da divulgação na mídia especializada, não foram aproveitados pela produção industrial. Dos autores premiados, apenas o mineiro Piancastelli chegou à grande indústria automobilística: trabalhou na Willys e chefiou a equipe de design da Volkswagen até 1992. Na empresa alemã, junto com José Vicente Martins, ele projetou os modelos TL e Brasília e o esportivo SP2, além de participar do desenvolvimento de outros modelos como o Gol, a Parati e o Santana (Cf. LEON, 2005).

---

20 ALCANTARA MACHADO. *Catalogo da Feira UD de 1962*. São Paulo: Alcântara Machado. p. 56-57



**Figura 2.2** O mini-carro urbano Aruanda na I Bienal Internacional de Desenho Industrial do MAM-RJ, em 1968. Foto gentilmente cedida por Freddy Van Camp.

Os concursos e premiações de design congregavam os poucos profissionais e estudantes interessados em design e serviam, também, para divulgar seus trabalhos e conquistar potenciais clientes. As mostras dos trabalhos dos sócios foi outro tipo de evento, com objetivos semelhantes, que também foram incentivadas pela ABDI.

Em 1967, a Associação promoveu uma grande mostra dos sócios nas dependências do Banco Nacional de Minas Gerais, na Avenida Paulista, com 40 painéis que abrangia “desde o desenho gráfico, de móveis e de padronagens para tecidos, até o desenho mecânico”.<sup>21</sup>Entre os autores, estavam Fernando Lemos, Lívio Levi, Michel Arnoult, Dominicci, Zalsupin, Bornancini, Nelson Petzold,

---

21 Notícia veiculada no jornal O Estado de São Paulo. Sem mês e dia. 1967, p. 09. Acervo Marília Freidenson.

Sanovicz, Antônio Maluf, Bramante Buffoni, Lucio Grinover, Luiz Paulo Conde e Mário Ewerton.<sup>22</sup> Nos anos 1970 ocorreram outras mostras dos sócios.

Após as palestras de 1964, a ABDI, com apoio dos empresários, publicou a revista *Produto e Linguagem* que teve três números de 1965 a 1966. Foi o primeiro periódico nacional totalmente dedicado ao design. O projeto gráfico da revista foi realizado por Fernando Lemos, artista gráfico de origem portuguesa e que em 1964 era diretor do Museum da FAU USP (Ata de Reunião da ABDI de 07 de julho de 1964).

Lemos projetou a capa da revista com abas na contracapa, de modo que, ao se fecharem, faziam um movimento igual ao de uma embalagem (ver Figura 2.3 e 2.4). As folhas internas ficavam soltas.<sup>23</sup> O nome da revista foi conceituado pelo semiólogo Décio Pignatari. O título da publicação era coerente com a visão de Pignatari, que considerava o design enquanto linguagem.<sup>24</sup> Quatro edições especiais foram publicadas em 1977, mas todas em formato A4. Uma delas foi uma edição especial editada no Rio de Janeiro como um jornal comemorativo dos 15 anos da ESDI. As outras três eram encartes dos Boletins informativos da ABDI de 1977, dos quais destacamos um que trazia texto de Tomás Maldonado intitulado “O Design e o Futuro do Meio Ambiente” publicado em junho daquele ano. Na época exerceram papel importante no registro e na divulgação das atividades da ABDI e da produção profissional dos seus associados e demais designers. Esses exemplares foram distribuídos aos associados e às empresas como parte das ações de disseminação dos conceitos sobre o design.

---

22 Folheto da exposição de 1967, editado pela ABDI. Acervo Nelson Ivan Petzold.

23 Lemos, no número 2 da *Produto e Linguagem*, fez uma interessante defesa de seu projeto, publicada na aba direita da revista, após receber críticas sobre dificuldades de perfuração e encadernação devido à margem esquerda insuficiente. O artista gráfico argumentou que a revista pretendia “existir como um objeto em si mesmo e não um livro” e que, portanto, não foi feita para se encadernar nem para se perfurar.

24 Para conhecer um resumo desta visão, consultar BRAGA, 2002.

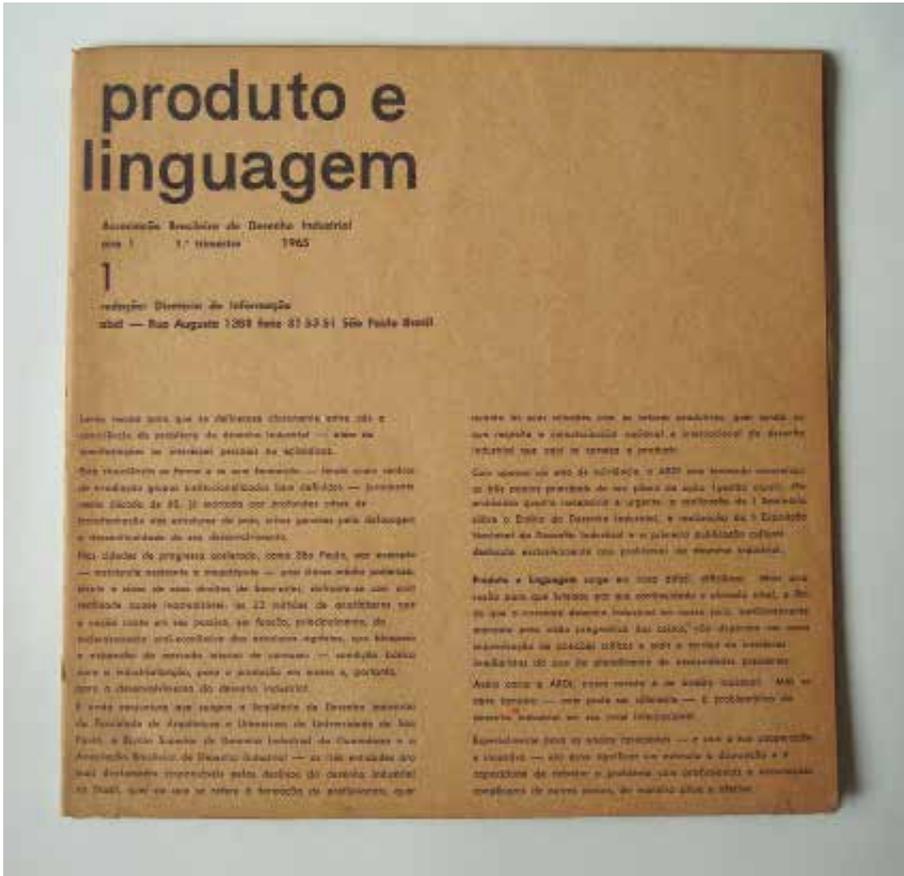


Figura 2.3 Capa da revista Produto e Linguagem, n. 1, de 1965.

As palestras promovidas pela ABDI constituíram outro eixo importante do trabalho de conscientização e reflexão sobre o design. Eram realizadas tanto nas entidades de ensino quanto na FIESP, e até mesmo nas dependências de algumas empresas que participavam da ABDI, como a indústria de móveis OCA, do arquiteto Sérgio Rodrigues e a Móvelia Contemporânea, de Michel Arnoult.

Em determinados eventos de palestras e debates, empresários e representantes dos governos Estadual e Federal eram convidados a proferirem conferências sobre as dimensões de políticas e exemplificações de uso do design. Assim, mantinha-se o debate e estimulava-se a adesão de demais agentes produtivos e fomentadores, potenciais agentes de demandas para a área do design, bem como se consolidava o interesse de estudantes e profissionais a continuarem a dedicarem-se ao design, em um cenário com limitações de atuação no mercado de trabalho dos anos de 1960 e 1970.



**Figura 2.4** Vista das abas laterais da capa da Revista Produto e Linguagem, n. 3, de 1966, nas quais aparecem marcas gráficas de Ruben Martins, Maurício Nogueira Lima e do estúdio Metro 3 dos publicitários Francesc Petit e José Zaragoza

### 2.2.3 PARTICIPAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

A presença de empresários nas atividades da ABDI, nos eventos descritos, foi uma constante, variando de intensidade e foco conforme as conjunturas e as relações sociais estabelecidas com os membros de diretorias de cada gestão.

Mas, no cotidiano das assembleias e reuniões da Associação eram muito poucos os empresários que compareciam com certa frequência. No dia a dia da ABDI, outras questões de interesse da profissão de desenhista industrial entravam na pauta de discussões como regulamentação da profissão, finanças da Associação, representação nacional etc., assuntos de interesse maior para os que frequentavam a associação na condição de designers ou para os que a dirigiam.

Treze profissionais e um empresário que atuavam no campo do design e mais um advogado assinaram a ata de fundação da ABDI. Aos poucos, novos associados se somaram ao grupo pioneiro.

O Estatuto, em 1964, previa quatro categorias de sócios: a) titular – pessoas físicas; b) coletivo – pessoas jurídicas; c) benemérito – pessoas físicas ou jurídicas; e d) correspondente – pessoas físicas ou jurídicas. Desse modo, permitia-se a filiação de entidades diretamente ligadas à atividade de design, tanto dos prestadores de serviços de design quanto das empresas contratantes dos serviços.

Como já vimos, a presença empresarial, seja jurídica ou como pessoa física, foi importante para as atividades culturais da ABDI. O direito ao voto, a elegibilidade para cargos da diretoria e a composição da Assembleia Geral, com plenos

poderes de deliberações sobre atos sociais e assuntos constitucionais, eram reservados somente aos sócios titulares. O poder de decisão estava nas mãos dos profissionais de projeto. Eles eram a maioria dos associados, apesar de serem poucos os que efetivamente participavam das assembleias da ABDI em comparação ao número de associados titulares.

A composição dos sócios titulares, nos primeiros anos de existência da Associação, era diversificada, enquanto origem de formação, mas abrangia a maioria dos profissionais pioneiros que atuavam no campo do design, nos anos 1950 e 1960. Aderiram à ABDI aqueles pioneiros com algum grau de consciência sobre o Design, como campo de conhecimento e como elemento de desenvolvimento industrial e cultural, e com interesse na organização coletiva da profissão. Sob esse ponto de vista, podemos supor que os associados, apesar de representativos de uma intelectualidade da época e expressivos na atuação profissional no mercado, não abrangiam a totalidade dos profissionais que trabalhavam com artes gráficas, incluindo aqui o campo publicitário, ou com desenho de produtos. Mesmo assim, eles foram suficientes para iniciar a organização profissional dos designers e para estabelecer fóruns entre profissionais com alguns objetivos em comum.

Ao final de 1964, a ABDI registrava 71 sócios titulares, oito sócios coletivos e nenhum benemérito ou correspondente. Em 31 de dezembro de 1965, após 1 ano de variadas atividades, os sócios titulares eram 82; os coletivos, 15 e um sócio benemérito. Já em 1966, os sócios titulares chegaram a 92; dos quais, seis aparecem apenas como “industriais”.<sup>25</sup>

Predominam titulares com domicílio em São Paulo nestes primeiros anos, atingindo cerca de 80% em 1966. O Rio de Janeiro tinha a maioria de seus sócios ligada à ESDI. Inicialmente, com seis pessoas, a cidade carioca era a segunda região em números de sócios. Mas em 1966, com um crescimento expressivo de titulares, o Rio Grande do Sul alcança o mesmo número de pessoas físicas associadas que o Rio de Janeiro, que naquele ano eram sete.<sup>26</sup>

O estado gaúcho apresentava um mercado potencial para a atividade de desenho de produto, apesar da prática da cópia. Algumas poucas empresas começaram a demandar design de produto nos anos 1960, visando melhorar a

---

25 Cf. PRODUTO E LINGUAGEM, n. 03, *Op.Cit.* 1966. Contracapa. Milly-Teperman, aqui classificado fora deste grupo, aparece como “Engenheiro – Industrial”.

26 *Ibidem.* Os gaúchos eram: os arquitetos Armênio Wendhausen, Claudio Luiz Gomes Araújo e Nelson Ivan Petzold; os engenheiros José Carlos Bornancini e Henrique Orlandi Júnior (associado aos trabalhos de Bornancini), o autodidata Karl Julius W. Rupp, que foi sócio da empresa de móveis contemporâneos Heinz Agte, e o projetista mecânico Celso Raimundo Couto da cidade de São Leopoldo, RS. Entre os sócios coletivos, estava a empresa Heinz Agte, de Porto Alegre, cujo logotipo foi feito por Cláudio Araújo e para quem ele também projetou móveis.

competitividade de seus produtos. O campo para a comunicação visual impressa estava mais aberto como ocorria em outros estados. Isso estimulou alguns profissionais a atuarem em design no Sul e a buscarem contatos com outros designers. Em 1964 e 1965, o arquiteto e professor Cláudio Luiz Araújo representou os gaúchos na ABDI. Viajou várias vezes à São Paulo para participar de atividades da ABDI e estabeleceu vínculos de amizade com os membros da Associação pioneira. Em 1966, assumiu a presidência do IAB-RS e continuou a viabilizar as relações dos gaúchos com a ABDI. Ajudou a levar para Porto Alegre Humberto Eco, Andries Van Onck e Décio Pignatari para palestras. Os dois primeiros foram trazidos ao Brasil pela ABDI.

As demais regiões, com um sócio titular na Associação, eram Minas Gerais, Pernambuco e Brasília.

Esse quadro de sócios representa um mapa de profissionais pioneiros que se integravam conscientemente a uma associação de design no Brasil.<sup>27</sup> É bem verdade que as amizades e os contatos profissionais, em nível individual, auxiliaram a estabelecer essa rede de pessoas. Por meio dessas mesmas relações sociais é que se procurava atribuir a representação estadual da ABDI, sempre frágil em estabilidade devido à distância do centro das decisões em São Paulo, aos meios de comunicação disponíveis na época e os outros compromissos profissionais dos poucos sócios dos demais estados. Porém, esse era o meio para tentar a criação de seções da ABDI fora do eixo Rio de Janeiro – São Paulo e, assim, atingir a representação nacional que a Associação almejava.

As assembleias ou reuniões com a diretoria se realizavam sem a presença da maioria dos sócios de profissionais cadastrados da ABDI. Portanto, era natural que as decisões fossem tomadas por uma parte bem menor de titulares. Era também natural que laços de amizade e afinidades profissionais se estreitassem, assim como as divergências de ponto de vistas, sobre as atividades da ABDI, fossem, por vezes, acentuadas. Não se deve esquecer que muitos dos sócios concorriam entre si no mercado de trabalho, ainda restrito da época. Entretanto, muitos deles mantiveram a noção dos benefícios que uma ação coletiva poderia proporcionar.

---

27 Como já apontamos, nem todos os profissionais que participavam ou que tinham consciência da existência de um campo profissional em formação do design industrial de produto eram filiados a ABDI. Porém, os filiados roavelmente eram uma boa parte deles e nos dão um precioso registro de quem eram e onde atuavam esses pioneiros. Por outro lado, devemos lembrar que todos esses, filiados ou não a ABDI, com algum contato pessoal com os eventos da Associação pioneira, não constituíam todo o corpo de profissionais que se dedicaram à atividade profissional que podemos entender como desenho industrial. Muito provavelmente, houve aqueles que não chegaram a ter contato com esse campo profissional em formação, atuando isoladamente em empresas ou em outros campos afins, como o próprio mobiliário.

Em 1964 e 1965, a média das reuniões oficiais no ano foram cerca de 40. Mas, segundo Lucio Grinover, as decisões eram construídas ao longo do tempo, incluindo as reuniões informais do grupo participante, em locais também informais fora da sede da ABDI. Esse cenário completava, assim, o quadro de negociação e sociabilidade daqueles que mais se dedicavam a ‘tocar’ a entidade no seu dia a dia.

Na maior parte da existência da ABDI, as sedes situaram-se nos endereços profissionais dos presidentes de suas Diretorias. A situação financeira da instituição contribuía para tal situação. Com um número reduzido de associados e nem todos com as mensalidades em dia, a arrecadação, em geral, cobria os gastos burocráticos de uma secretaria, com uma funcionária, as expedições de cartas e impressos de comunicações diversas e despesas com pequenos eventos.

As contribuições dos sócios coletivos e a arrecadação com pagamentos de anúncios nas publicações completavam as fontes de renda, mas eram insuficientes para manter uma sede própria. Desde o início da ABDI, as Diretorias tentaram um caminho institucional para viabilizar o espaço oficial. A primeira tentativa foi a da cessão de um terreno da prefeitura municipal de São Paulo, no qual um prédio planejado por Abraão Sanovicz seria construído para abrigar a entidade. No entanto, só no período final de sua existência a ABDI contaria com sede própria, conforme veremos mais adiante.

A ABDI não possuía uma categoria de sócios-estudantes, pois a filosofia era que a Associação deveria reunir profissionais e que esses deveriam tomar as decisões dos rumos da entidade, conforme suas necessidades profissionais. Entretanto, houve a participação de estudantes no período, por meio de seu comparecimento às assembleias na FAU, para fundar a Associação,<sup>28</sup> e nas atividades culturais, como os concursos.<sup>29</sup>

A localização da sede da ABDI em São Paulo facilitava a participação dos estudantes da FAU nos concursos, mas os alunos da ESDI já estavam presentes nos eventos desde 1964.<sup>30</sup> E, como veremos mais adiante, a participação de alunos e de egressos da ESDI na ABDI iria aumentar conforme o tempo avançasse nos anos 1970.

---

28 Ari Antonio da Rocha lembra-se de ter participado, ainda como estudante, de uma assembleia para discutir a fundação da entidade na antiga sede da FAU, na Rua Maranhão. Entrevista realizada com Ari Antonio da Rocha. *Op.Cit.* 2001.

29 Segundo Fernando Lemos, estudantes da PUC-SP também participavam dos concursos promovidos com a Alcântara Machado. Entrevista realizada com Fernando Lemos, em 1º de agosto de 2000, na cidade de São Paulo, com 1 hora de duração.

30 No Prêmio Lúcio Meira de 1964, uma menção honrosa foi dada ao projeto de Joaquim Redig, designer formado posteriormente pela ESDI. Revista PRODUTO E LINGUAGEM, n. 1. *Op.Cit.* 1965. p. 17.

## 2.2.4 OUTRAS AÇÕES E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Além da participação na organização dos eventos culturais e nos júris dos concursos, os associados participavam de comissões de trabalho montadas para variadas ações, conforme princípios declarados nos Estatutos Sociais da ABDI.

A preocupação com o registro de produção nacional de produtos e com o registro dos trabalhos dos associados já estava presente em algumas das ações destacadas no relatório de atividades de 1964. A impressão dada pelos textos que narram essas ações é a de que existe alguma produção de projetos dignos de registro em qualidade, e até por uma certa quantidade.<sup>31</sup> O tom reflete um otimismo com a futura expansão do design gráfico e de produto.

Durante todo o ano de 1964, uma comissão de sócios titulares elaborou documento com propostas que orientavam “as relações entre desenhistas industriais e terceiros”. O texto apresentava as formas de trabalho e de remuneração do desenhista industrial e orientava sobre a cessão de direitos de propriedade do desenho ou modelo. Tal cessão poderia ser definitiva ou por tempo limitado. O texto finalizava alertando que ao desenhista industrial cabia sempre a “paternidade do desenho ou modelo” e que ele poderia exigir a retirada de seu nome caso “o aspecto e substância de seu desenho não correspondam aos modelos combinados”.<sup>32</sup>

Esse documento ressaltava a importância da redação dos acordos entre as partes, para configurar um aspecto contratual no qual as formas de relações de trabalho (incumbências, modalidades de execução, termos de pagamentos e condições particulares) estivessem bem especificadas. Como o texto é publicado na revista *Produto e Linguagem* de 1966, é de se concluir que ele serviu como referência para os associados, nestes primeiros anos, e também para os possíveis contratantes não associados que receberam o exemplar, como parte da estratégia de conscientização pretendida com o envio do periódico.

A regulamentação da profissão estava em pauta de discussões na ABDI, visto que se inseria entre os objetivos do seu Estatuto institucional. Como a maioria dos sócios titulares que participavam das reuniões eram arquitetos, e alguns deles também eram professores da FAU, o pensamento predominan-

---

31 RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 1964. São Paulo: ABDI. Esse relatório informa que a Presidência lamenta que mais sócios não tenham “devidamente documentado” seus projetos na ABDI para aumentar o número de 19 trabalhos registrados até então. A revista *Produto e Linguagem*, n. 01, de 1965, contracapa, informa que uma comissão da ABDI constatou “a existência de um grande número de produtos de bom desenho nacional”, dos quais os de melhor qualidade eram de origem semi-industrial. Mas afirma que o contato com a grande indústria revelou que seus responsáveis estavam interessados “em se aparelharem com produtos de bom desenho”.

32 Revista PRODUTO E LINGUAGEM, n. 3. *Op.Cit.* 1966. p. 8-10.

te era de que a profissão de desenhista industrial fosse regulamentada com auxílio do CREA. Lá se abrigaria junto às demais profissões projetuais que compunham o Conselho.

A anotação na carteira profissional, pelo CREA, das atribuições de desenho industrial e comunicação visual para os egressos da FAUUSP que existiu durante algum tempo, não significava reserva de mercado para esse arquiteto.<sup>33</sup> Portanto, para os professores da FAUUSP, a regulamentação da profissão de desenhista industrial serviria não só para auxiliar o reconhecimento social buscado pelos designers pioneiros, mas também consolidaria a opção profissional oferecida aos seus alunos.

A regulamentação beneficiaria também escolas específicas de Design, como a ESDI. Não havia uma proposta de exclusão de uma das duas vias de formação, representadas pela FAUUSP e pela ESDI. Ambas as correntes estavam juntas na ABDI. Eram poucas as instituições e, portanto, deveriam estar juntas para que a profissão se estabelecesse na sociedade, nos moldes que a esperança desenhava.

Lucio Grinover afirma que sua intenção nos contatos com o CREA era reunir todos, arquitetos e desenhistas industriais, no mesmo projeto de regulamentação. Lembra que no início foi difícil levar a ideia ao CREA, pois lá ouviu que para pleitear a inserção do desenhista industrial no Conselho deveria haver “uma massa crítica”, e que esta só poderia ser alcançada quando houvesse mais profissionais formados.<sup>34</sup>

Muitos arquitetos se classificavam na lista de sócios da ABDI com dupla profissão. Ou seja, apareciam como arquitetos e desenhistas industriais, devido à sua atuação no mercado. Posteriormente, aqueles que se graduavam na FAUUSP, após a implantação da sequência de design, se denominavam de modo semelhante devido à formação que incluía o ensino de Desenho Industrial.

Mas nem todos concordavam com essa situação. Alexandre Wollner, professor da ESDI, defendia que esses arquitetos passassem a se denominar apenas ‘desenhista industrial’, como forma de consolidar a profissão.<sup>35</sup> Nos anos 1960, alguns concursos com o tema de design, promovidos por órgãos públicos ou instituições não ligadas à ABDI, ainda restringiam a arquitetos o direito à inscrição como concorrentes.<sup>36</sup>

---

33 Como vimos no Capítulo 1, o CREA fazia anotação na carteira profissional do arquiteto egresso da FAUUSP de acordo com uma solicitação individual, com as atribuições do desenho industrial no início dos anos 1970.

34 Entrevista realizada com Lucio Grinover. *Op.Cit.* 2000.

35 Cf. Depoimento de Alexandre Wollner na REVISTA DESIGN & INTERIORES. São Paulo: Projeto Editores, ano 5, n. 28, janeiro/fevereiro de 1992.

36 Situação confirmada por Wollner em sua entrevista. Entrevista realizada com Alexandre Wollner, em 14 de julho de 2000, na cidade de São Paulo, com 1 hora de duração.

Essa situação reflete a ligação histórica entre arquitetura e design, narrada no Capítulo 1, e a própria estrutura profissional que a Arquitetura estabeleceu na sociedade desde sua regulamentação em 1933. A ABDI, no entanto, não restringia somente a arquitetos a participação nos concursos que promovia. Em 1966, foram publicadas as “Normas Gerais para concursos de anteprojetos de desenho industrial e comunicação visual”, que definiam como a ABDI organizaria seus concursos e de que forma seria a relação com as entidades patrocinadoras desse tipo de evento. As normas definiam que os concorrentes poderiam ser “quaisquer pessoas brasileiras, físicas e jurídicas, ou estrangeiros residentes ou estabelecidos no Brasil há mais de um ano”.<sup>37</sup> Esta abrangência era coerente com as variadas formações dos sócios da ABDI e da maioria dos agentes que atuava no campo do design dos anos 1960.

Os contatos internacionais com o ICSID estiveram presentes no processo de fundação da ABDI. A representação do Brasil em fóruns internacionais sempre foi um objetivo constante da Associação pioneira.

Em janeiro de 1965, a Diretoria do ICSID comunicou à ABDI o aceite de sua filiação, como membro provisório da entidade internacional, após exame de documentação enviada pelos brasileiros, em 1964. Essa filiação era válida a partir de 10 de março de 1965, quando a ABDI completaria 18 meses de existência, condição prevista nos estatutos do ICSID.<sup>38</sup> E é nessa condição que a ABDI compareceu, oficialmente, pela primeira vez a um Congresso do ICSID, o IV, realizado em setembro de 1965, em Viena, Áustria. A representação brasileira foi composta por Décio Pignatari e pelo arquiteto Lívio Edmundo Leví. Durante o Congresso, a filiação da ABDI foi ratificada e ela passou, então, à condição de sociedade membro. Situação que procurará ser mantida pelas futuras Diretorias, conforme veremos mais adiante.

Os contatos internacionais estabelecidos pelos membros da ABDI nestes primeiros anos também foram responsáveis pela vinda de designers e intelectuais estrangeiros ao Brasil. Destacam-se as vindas de Umberto Eco e Andries Van Onck. Segundo Grinover, teria sido a primeira vez que Umberto Eco visitou o Brasil. Lucio Grinover e Lívio Levi promoveram a vinda do intelectual italiano, mas por problemas com a direção da FAUUSP, a palestra para os estudantes de arquitetura e profissionais se realizou na Faculdade Mackenzie, na qual trabalhava Levi.<sup>39</sup> Outras palestras de Eco foram proferidas a partir desta, e seu eixo condutor foi a Semiologia e a Comunicação, a Arquitetura e o Design.<sup>40</sup>

37 Revista PRODUTO E LINGUAGEM, n. 3. *Op.Cit.* 1966. p. 7-8.

38 Cf. Revista PRODUTO E LINGUAGEM, n. 2. *Op.Cit.* 1965. Contracapa.

39 Entrevista realizada com Lucio Grinover. *Op.Cit.* 2000. Lívio Levi nasceu na Itália e formou-se em Arquitetura na Faculdade Mackenzie.

40 Ari Antonio da Rocha ajudou a ciceronear Umberto Eco, pois falava italiano. Rocha

Andries Van Onck formou-se em Ulm e era professor de Teoria da Estrutura, no Curso Superior de Desenho Industrial, do *Istituto Statale d'Arte de Venezia*, Itália, quando esteve no Brasil, em agosto de 1965. Sua vinda é organizada pela ABDI e contou com a colaboração da Olivetti Industrial. S.A. Onck ministrou aulas de Metadesign como disciplina do Curso de Pós-graduação de Projeto da FAUUSP; e no formato de palestra, na FIESP. Realizou ainda conferências na ESDI; na Faculdade de Arquitetura da UFGS, em Porto Alegre; e em outras universidades de Recife, Minas Gerais e Brasília.<sup>41</sup>

O curso de Onck teve repercussões no ensino de Desenho Industrial na FAU, pois contribuiu para as discussões sobre metodologia de projeto na arquitetura e no design, que estava em pauta na época, e “reforçou ainda mais a atuação do desenho industrial na faculdade de arquitetura”.<sup>42</sup>

Pelo destaque dado nos relatórios de atividades da ABDI de 1964 e 1965, verificamos que as relações institucionais eram consideradas importantes para o papel desenhado para a Associação pioneira. Essas relações abrangiam as áreas de ensino (incluindo outras faculdades de Arquitetura), representações empresariais e entidades profissionais nacionais e internacionais (como o ICSID e o IAB). Elas eram parte das ações que objetivavam a consolidação da ABDI como entidade de âmbito nacional e representativa da categoria profissional de designers.

## 2.3 DESARTICULAÇÕES, PERSISTÊNCIAS E REARTICULAÇÃO

Ao final dos anos 1960, variados fatores provocaram uma desarticulação parcial dos membros da ABDI que organizavam e realizavam os eventos e as atividades da Associação nos primeiros anos.

No cenário político nacional cresceram os movimentos de resistência e atos de protestos contra o regime militar instalado em 1964. Uma nova Constituição

informa ainda que, em 1966, quando trabalhava na Itália, na fábrica de carrocerias Fissore, soube que Umberto Eco era consultor de um escritório de design que desenvolvia pesquisas operacionais para o grupo La Rinascente., o mesmo para o qual ele trabalhara, além do próprio Van Onck. Entrevista realizada com Ari Antonio da Rocha, *Op.Cit.* 2001.

41 Entrevista realizada com Lucio Grinover. *Op.Cit.* 2000. O primeiro sócio benemérito da ABDI foi o professor Andries Von Onck, designer europeu, pelo curso de Metadesign, em São Paulo, e pelo pronunciamento de “diversas palestras em várias cidades do país”. Cf. *Relatório de Atividades – 1965*. São Paulo: ABDI, sem data. p. 1. Mimeo. Para Ari Antonio da Rocha este teria sido o primeiro curso de design no país no nível de pós-graduação. O texto de Onck sobre Metadesign foi traduzido por Lucio Grinover e publicado na Revista *Produto e Linguagem*, n. 2. *Op.Cit.* 1965. p. 27-30.

42 Entrevista realizada com Lucio Grinover. *Op.Cit.* 2000.

Federal e uma nova Lei de Segurança Nacional foram promulgadas em 1967 para consolidar o poder do Governo Militar. Crescia também a repressão aos movimentos de resistência que abrangiam grupos e indivíduos nas áreas das artes e cultura em geral. No ano seguinte, ocorreu a decretação do Ato Institucional N. 5 e o Congresso Nacional foi fechado. A repressão se alastrou e iniciam-se os “anos de chumbo”, conforme ficou conhecido o período de intensificação da guerrilha brasileira e da repressão militar (Cf. RIDENTE, 2000:384-386).

Para a ABDI, o ano de 1968 começou com a eleição da nova diretoria para a gestão que iria até 1970.<sup>43</sup> Assume a presidência Fernando Lemos, após Lucio Grinover ter exercido o cargo desde 1963. Lemos já tinha ocupado o cargo de diretor de divulgação na gestão anterior, e foi o autor do projeto gráfico da revista *Produto e Linguagem*.

As reuniões da Associação passaram a ser no Estúdio de Criação Maitiry, do presidente Lemos, que funcionou como sede durante os anos de 1968 e 1969. Poucas pessoas participaram da eleição dessa Diretoria<sup>44</sup> e frequentaram as reuniões na nova sede.<sup>45</sup> As reuniões eram em tom informal e não se tomavam decisões estratégicas a respeito da ABDI. Para João de Souza Leite, “no fundo, era um núcleo que tentava pensar algumas questões que pudessem reviver a ABDI. Porque a ABDI, naquele instante, estava num certo ocaso”.<sup>46</sup>

Essas reuniões tinham também um caráter de resistência, no sentido de preservar a existência da ABDI e manter seu fórum de encontros para discussão sobre desenho industrial. Importante ação, se considerarmos que era uma época na qual as reuniões de grupos poderiam ser consideradas focos de subversão política.

---

43 A Diretoria foi composta por Fernando Lemos, Décio Pignatari, Lívio Levi, José Serber, Lucio Grinover, Michel Arnoult e João Rodolfo Stroeter. Pela primeira vez, não há um Conselho Fiscal, e sim um Conselho Consultivo composto por Ari Antonio da Rocha, João Leite e Alessandro Ventura.

44 A Ata da Assembleia Geral Ordinária da ABDI, de 15 de janeiro de 1968, registra apenas 11 pessoas presentes na eleição da nova Diretoria.

45 Segundo João de Souza Leite, as reuniões neste período contavam com menos de 10 pessoas e, entre elas, estaria o próprio João Leite, que estava morando em São Paulo na época e foi levado à Maitiry por Décio Pignatari. Entrevista realizada com João de Souza Leite, em 11 de maio de 2001, na cidade do Rio de Janeiro, com 1 hora de duração. João Leite fez parte das primeiras turmas da ESDI, onde se formou em 1974. Já segundo Stroeter, além dele mesmo, também frequentaram essas reuniões Lucio Grinover, Leo Seincman e Abraão Sanovicz. Esses e mais Décio seriam aqueles de presença mais regular. Entrevista realizada com João Stroeter. *Op.Cit.* 2010. Faziam parte do Estúdio Maitiry: Aldemir Martins, Audálio Dantas, Décio Pignatari e os fotógrafos Paulo Namorado, George Torok, Luis Autuori e Jorge Bodansky (DIAS e BRAGA, 2012).

46 Entrevista realizada com João de Souza Leite. *Op.Cit.* 2001.

Apesar de tudo, a participação da ABDI nos congressos do ICSID foi mantida com a ida de Livio Levi para Londres em 1969, o que demonstra a importância atribuída ao evento na época. Levi tinha ido ao congresso de 1967, em Montreal, com o mesmo fim.

Poucas atividades culturais foram realizadas pela Diretoria de Lemos. Destacam-se a participação e o apoio à 1ª Bienal Internacional de Desenho Industrial, promovida pelo Instituto de Desenho Industrial do MAM – Rio de Janeiro, em 1968. No evento, uma grande exposição de trabalhos de design apresentou exemplos da produção brasileira da época, de ‘antigos’ e ‘jovens’ designers. O mercado, mesmo com restrições, contava com a inserção de alguns designers e a produção de um certo número de trabalhos de programação visual e de design de produtos. Os próprios escritórios dos principais expoentes da ABDI contavam com uma demanda de serviços que os mantinham em atividade razoável, embora a maior parte fosse composta por peças gráficas.

Mas se esses designers estavam atuando no mercado, por que a ABDI estava com dificuldades como instituição de design?

O cenário político não atingiu a Associação em si. Entretanto, atingiu diversos indivíduos da área cultural e da intelectualidade brasileira,<sup>47</sup> nas quais se inseriam alguns membros da ABDI, em atividade na Associação, nos anos de 1960.

Possuindo filiação ou não com os partidos de esquerda, artistas e intelectuais foram colocados na mira da vigilância da repressão militar. As universidades sofreram especialmente com essa repressão política do governo federal, por abrigar parte importante desses intelectuais.<sup>48</sup> A ABDI contava em seus quadros mais atuantes com docentes de cursos que se constituíam, na época, em fóruns de discussões culturais e políticas. Vários docentes e alunos das universidades que se opunham ao regime militar eram filiados a movimentos de esquerda. Décio Pignatari, então professor da ESDI, sofreu problemas políticos com a ditadura devido à sua filiação trotskista.

A FAUUSP, segundo o arquiteto Sérgio Ferro, filiado ao PCB no final dos anos 1950, contava “com forte base comunista que influenciou as discussões sobre o papel social e político da arquitetura brasileira” (Cf. RIDENTI, 2000: 70-71). Um articulador de destaque da Reforma de 1962 na FAU, o arquiteto Vilanova Artigas, era integrante da “célula universitária de São Paulo do PC” (*Id.Ibid.*). A presença de militares nas universidades teria sido o motivo pelo qual Fernando Lemos teria saído da FAUUSP, após o Golpe de 1964,<sup>49</sup> embora não possuísse filiação partidária.

47 Cenário este bem demonstrado por RIDENTI, 2000.

48 A intervenção na UNB, em 1966, e a prisão de professores da FAUUSP em fins da década de 1960 são exemplos desta repressão.

49 Entrevista realizada com Fernando Lemos. *Op.Cit.* 2000.

O cerceamento às reuniões públicas e o contexto de repressão possivelmente foram alguns dos fatores para o esvaziamento que a Associação sofreu no período, assim como ocorreu em outras instituições na época. Ao menos deve ter afetado aqueles membros que possuíam participação menos assídua na Associação.<sup>50</sup> Porém, Lucio Grinover e Alessandro Ventura apontam outro forte motivo: um desânimo que alguns membros da ABDI sentiram nesta época e em fins dos anos 1970, devido às restrições à efetivação do design nacional de produtos industrializados na escala e na diversificação de áreas que os designers pioneiros esperavam.<sup>51</sup>

Apesar de a ABDI congregar profissionais das áreas gráfica e de produto, a motivação principal na luta pelos seus objetivos, por parte de alguns dos principais articuladores da entidade, era a esperança de ver crescer o mercado de desenvolvimento de produtos industrializados no País. Mesmo que, até para estes, fosse a área gráfica que efetivamente apresentasse as melhores possibilidades de ganho e de expansão de mercado de trabalho, o desenho de produto estava associado a uma intervenção social de maior vulto, por parte do designer, e a uma maior interação com o processo de industrialização do país ocorrido nos anos anteriores.<sup>52</sup>

A maior parte dos empresários, clientes e amigos dos membros da ABDI, segundo Alessandro Ventura,<sup>53</sup> apresentou um interesse mais cultural do que efetivamente produtivo a respeito do design de produtos.

Para Ari Rocha, alguns empresários atuantes no apoio à ABDI “faziam parte de uma intelectualidade”.<sup>54</sup> Pois, além da consciência sobre a importância do design, possuíam um interesse em cultura de um modo mais amplo, e exemplifica que José Mindlin foi conselheiro do Museu de Arte Moderna de Nova York – MOMA. Seus interesses na divulgação e disseminação do design industrial, mesmo como ferramenta de melhoria dos produtos e da competitividade das empresas, faziam parte de noções culturais e de estratégias mais amplas sobre o desenvolvimento industrial nacional.

50 Ari Rocha lembra que as pessoas tinham medo de se reunir. Entrevista realizada com Ari Antonio Rocha. *Op.Cit.* 2001. Porém, Stroeter afirma que não havia esse receio nas reuniões da ABDI da época. O que nos leva a concluir que esse aspecto talvez dificultasse a participação de membros menos regulares.

51 Apenas para citar um exemplo: a exposição brasileira da II Bienal Internacional do MAM-RJ de 1970 apresentou 10 projetos de design, dos quais a maioria era programação visual.

52 As maiores oportunidades na área gráfica, nos anos de 1960 e 1970, foram confirmadas pelos depoimentos de Lemos, Grinover e Cauduro. Apesar de ter ocorrido alguns projetos de produtos na década de 1960, o campo gráfico supria a maior parte da demanda por trabalhos dos escritórios dos pioneiros nos anos 1970.

53 Entrevista realizada com Alessandro Ventura. *Op.Cit.* 2000.

54 Entrevista realizada com Ari Antonio da Rocha. *Op.Cit.* 2001.

Porém, de modo geral, tanto esses quanto muitos empresários que tiveram contato com a ABDI estavam sujeitos às restrições econômicas e à falta de investimentos mais amplos que diminuíssem os riscos que consideravam existir em um projeto de desenvolvimento de produtos nacionais.

Para Ventura, a falta de capital adequado, que pudesse montar uma estrutura de investimentos para começar e manter um processo de geração de novos produtos industriais brasileiros, estava entre os principais motivos das restrições econômicas. Esse processo teria de cobrir todas as etapas de projeto do produto, incluindo matrizes e testes com protótipos, em um tempo compatível com uma comercialização competitiva diante dos produtos gerados e comercializados por outros países.<sup>55</sup>

Por este motivo, boa parte do empresariado preferia copiar ou comercializar o produto estrangeiro que já existia “totalmente desenvolvido, onde você tem, inclusive, as características das ferramentas que você vai utilizar”.<sup>56</sup> Essa solução tornava o investimento menor para a empresa sobre variados aspectos. Embora, como lembra Grinover, isso deixasse negativa a imagem dos brasileiros no exterior, principalmente a percebida em feiras industriais, pois “acusavam os brasileiros de copiarem sem mais e nem menos”.<sup>57</sup>

Ventura aponta, como outro motivo, o desconhecimento do que seria o desenho industrial por muitos empresários brasileiros, apesar de todo o trabalho de divulgação da ABDI nas atividades que empreendeu. Talvez, por isso, Bergmiller tenha dito que “durante anos precisava sempre explicar que vantagem um empresário tem, mesmo, com a participação de um profissional de design”.<sup>58</sup>

De qualquer forma, a conscientização de determinados seguimentos do empresariado ocorreu, mesmo com limitações, e daria frutos mais tarde. A ABDI viabilizou uma aproximação com alguns empresariais da FIESP e permitiu a realização de um trabalho de divulgação e conscientização sobre o desenho industrial em um cenário de poucos investimentos no desenvolvimento nacional de produtos industrializados, nos anos 1960 e 1970.

55 Cauduro confirma que, nos anos 1960, a intenção era chegar à grande indústria no Brasil. Mas não havia “uma estrutura para desenvolver um produto”. Cauduro explica que mesmo nas grandes indústrias brasileiras, muitas vezes, as soluções de projeto tinham que considerar aspectos artesanais para produção. Havia falta de uma oferta diversificada e adequada de ferragens e peças, o que obrigava, em certas ocasiões, a projetar até parafusos apropriados ao produto em desenvolvimento. E isso encarecia o processo produtivo. A mesma dimensão de problemas não ocorreria na área de mobiliário. Pela tradição da atuação de arquitetos, essa área possuiria um know-how que possibilitaria uma adaptação mais fácil ao desenho dos designers brasileiros. Entrevista realizada com João Carlos Cauduro. *Op.Cit.* 2003.

56 Entrevista realizada com Alessandro Ventura. *Op.Cit.* 2000.

57 Entrevista realizada com Lucio Grinover. *Op.Cit.* 2000.

58 Entrevista realizada com Karl H. Bergmiller. *Op.Cit.* 2000.

O esvaziamento da ABDI ficou evidenciado quando, em 31 de janeiro de 1970, três sócios lavram ata de uma Assembleia Geral Ordinária em que se registra apenas a presença deles mesmos. Eram Décio Pignatari, diretor de informação da Diretoria que findava o mandato, Ari Rocha e João Carlos Cauduro. Eles reconhecem a “situação de crise por que passa a entidade” e decidem declarar a ABDI em Assembleia Permanente. Marcaram nova assembleia para 20 de fevereiro de 1970, no IAB de São Paulo, para inscrição de chapas candidatas à nova Diretoria e enviaram uma convocação para os associados com uma proposta anexa de novo Estatuto, datada de 11 de julho de 1969, fruto ainda das atividades que a gestão de 1968/1970 tinha conseguido empreender.

O Estatuto proposto em 1969 criava a figura da “Unidade Federada” e tinha como objetivo incentivar a organização de Diretorias Estaduais. Estas poderiam aceitar novos sócios e possuíam “poderes próprios de gestão e administração da Associação”.<sup>59</sup> A Diretoria Nacional seria substituída por um Conselho Superior,<sup>60</sup> composto por sete membros eleitos pela Assembleia Nacional que, por sua vez, seria composta por delegados das Unidades Federadas. A sede da ABDI Nacional continuaria em São Paulo. Dessa forma, a proposta de Estatuto atendia aos anseios dos designers pioneiros de tornar a ABDI efetivamente nacional, facilitando ABDIs estaduais, mas mantendo o poder central e decisório na cidade de São Paulo.

Uma Comissão de Reestruturação da ABDI foi composta na assembleia do dia 20 de fevereiro que encaminhou as atividades da Associação e conseguiu uma sala no IAB-SP para instalar sua sede e seu acervo de documentos.<sup>61</sup> Era a primeira vez que a sede funcionava fora dos escritórios de membros da diretoria. Porém, pouco tempo depois a sede voltou a se localizar no escritório da presidência da ABDI, mas não foram identificados os motivos para esse retorno. Pelos documentos levantados até o momento, percebe-se que a proposta do Novo Estatuto só é apreciada pelo Rio de Janeiro em final de abril de 1970, em Assembleia Geral Extraordinária convocada por uma diretoria interina da ABDI-GB. Apesar disso, a proposta de novo Estatuto não foi instituída e o texto de 1964 continuou. Durante os anos de 1970 novas tentativas de modificação do Estatuto são promovidas até a última gestão de 1978/1980.

---

59 Estatutos da ABDI – proposta de 11 de julho de 1969, parágrafo 3.4.9. Anexo à carta de convocação aos associados, assinada pela Diretoria Provisória, em 13 de fevereiro de 1970, para a Assembleia Geral Extraordinária, prevista para 20 de fevereiro de 1970.

60 Eram previstos apenas o presidente e uma secretária executiva como cargos provisoriamente definidos.

61 Essa Comissão foi constituída por: Alessandro Ventura, Alexandre Wollner, Alfredo Talaat, Ari Rocha, Ivan Prado Fernandes, José Ricardo Carvalho e Júlio Roberto Katinsky. Carta datada de 20 de abril de 1970, assinada por Júlio Roberto Katinsky como coordenador da Comissão de Curadores.

Alexandre Wollner foi eleito presidente para a gestão 1970/1972. Wollner não lembra quem compôs a diretoria com ele e não foram encontrados documentos com nomes dessa diretoria.<sup>62</sup>

A gestão de Wollner passa por dificuldades para reerguer a ABDI, pois, segundo Ari Rocha, de um lado havia ainda o “esvaziamento anterior e, de outro, por causa da personalidade do Wollner, que acabou contrastando” com os demais membros antigos da ABDI. Wollner tratou logo de estimular as representações regionais, incentivando seus alunos e ex-alunos da ESDI a organizarem a ABDI local.

A cidade do Rio de Janeiro era, na época, o segundo foco de associados da ABDI e desde 1966 vinha formando desenhistas industriais.<sup>63</sup> Já em 1969, alguns alunos da ESDI, ligados ao diretório acadêmico, haviam procurado Alexandre Wollner para pedir auxílio na organização de uma seção da ABDI na cidade carioca.<sup>64</sup> Em 1970, foi organizada a ABDI-GB, por meio da constituição de uma diretoria interina formada por Ivan Prado, José Maria de Oliveira e Mário Ewerton Fernandez.<sup>65</sup>

Wollner tinha como posição política reforçar a presença na ABDI de profissionais diplomados nas escolas de design. Para tanto, mantinha contato com seus ex-alunos da ESDI que atuavam em São Paulo,<sup>66</sup> já que lá ficava a sede da ABDI e também sua residência e escritório. Quanto ao Rio de Janeiro, os contatos ficavam por conta dos articuladores da ABDI-GB, que informavam as atividades a Wollner por carta ou quando este viajava para lá para ministrar aulas. O contato com alunos de design da cidade paulista era mais restrito. Só em 1970 formou-se a primeira turma de Desenho Industrial da FAAP. Essa foi a primeira instituição a abrigar um curso superior específico de Design em São

---

62 Busca realizada nos cartórios da cidade de São Paulo, em janeiro de 2004, mostrou que não houve registro das atas de eleições da Associação deste período e da gestão de 1972-1974.

63 De 1966 a 1970, cerca de 40 alunos se formaram na ESDI, segundo relação de formandos disponível no site da Escola durante o ano de 2002. Além disso, vários alunos atuavam no mercado de trabalho de design, sejam como estagiários nos poucos escritórios existentes ou como autônomos, antes mesmo de concluírem o curso, como nos casos de João Leite e José Carlos Conceição.

64 A ação do DAESDI está mais detalhada no Capítulo 1 deste livro. Retrata um quadro de politização dos alunos da ESDI, nesta época, e suas preocupações com a atuação do designer no mercado de trabalho.

65 Entrevista realizada com Ivan Prado Fernandes, em 03 de julho de 2003, na cidade do Rio de Janeiro, com 1 hora de duração. Em 1970, Ivan Prado já havia concluído o curso na ESDI.

66 Em fins dos anos 1960 e início dos 1970, atuaram no mercado do Estado de São Paulo: Joaquim Redig, João Leite, José Carlos Conceição e Freddy Van Camp.

Paulo.<sup>67</sup> Desses formandos, eram poucos os que atuavam no mercado da época e que tinham contato com os membros da ABDI.

Mesmo assim, a pouca participação de associados em São Paulo continuou e o esvaziamento da ABDI se prolongou na primeira gestão de Wollner. A resistência e sobrevivência da Associação ficaram por conta da atuação de Wollner e alguns poucos sócios, que empreen-deram ações e conseguiram materializar atividades culturais e profissionais, apesar das restrições do contexto da época.

A regulamentação da profissão era vista como forma de consolidar a inserção dos recém-formados no mercado de trabalho.<sup>68</sup> Esforços são empreendidos principalmente pelo grupo de formandos da ESDI que, já em 1970, consegue realizar reuniões com o CREA-GB para incluir o desenho industrial e auxiliar institucionalmente o encaminhamento da regulamentação. Ari Antonio da Rocha viaja para o Rio de Janeiro e discute as ações com Carmen Portinho, diretora da ESDI, que comparece às reuniões no CREA-GB apoiando esforços da ABDI-GB.<sup>69</sup> A opção pelo CREA se justificava por esse já ser um órgão reconhecido socialmente e que abrigava profissões de projeto próximas como arquitetura e engenharia. Além disso, tradicionalmente, vários arquitetos vinham exercendo a atividade de desenho industrial nas últimas décadas. Porém, como veremos mais adiante, a proposta não se efetivou.

---

67 Auresnede Pires Stephan (Eddy), atualmente professor da FAAP de São Paulo, fez parte da primeira turma de desenho industrial formada pela instituição. O curso de desenho industrial foi implantado em 1969, mediante a transformação de cursos já existentes da área de artes, gráfica e do desenho dentro da Faculdade de Artes Plásticas da FAAP. Entrevista realizada com Auresnede Pires em 30 de outubro de 2000, na cidade de Novo Hamburgo, com 1 hora de duração. Flávio Mota e Rui Othake fizeram parte da equipe do curso de preparação de professores de desenho da FAAP nos anos 1960, assim como João Carlos Cauduro, entre 1962 e 1963. O curso de desenho industrial de 1969 contou com alguns arquitetos em seu quadro inicial de professores: Manlio Rizzente, Ari Rocha, Lívio Levi e Daniel Lafer. Sobre a criação do curso de desenho industrial da FAAP ver CARVALHO, Ana Paula Coelho de. *O Ensino paulistano de design – A formação das escolas pioneiras*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação da FAUUSP. Universidade de São Paulo. São Paulo: FAU USP, 2012. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16134/tde-18062012-144626/pt-br.php>

68 Tanto Ari Antonio da Rocha quanto Ivan Prado Fernandes, nas suas respectivas entrevistas, observaram que a regulamentação poderia, entre outras coisas, permitir ao designer entrar para uma instituição pública na carreira de funcionário de nível superior. Entretanto, isso ocorreu sem essa regulamentação.

69 Ivan Prado menciona que Aloísio Magalhães também comparecia às reuniões e apoiava a ação dos formandos da ESDI no CREA-GB. Uma comissão de quatro designers e quatro conselheiros do CREA-GB chegou a ser formada para estudar essa inclusão que, para seus promotores, tratava-se “do primeiro passo para a oficialização definitiva da profissão de Desenhista Industrial”. BOLETIM INFORMATIVO ABDI-GB. Rio de Janeiro: ABDI-GB. Julho, 1970. 1 página. Assina Ivan P. Fernandes pela diretoria.

A ABDI continuou a comparecer aos Congressos do ICSID. Em 1971, em Ibiza, foi representada por Lívio Levi, e em outubro de 1973, na cidade de Kyoto, foi representada por Wollner e Alessandro Ventura.<sup>70</sup>

No campo das exposições de trabalhos de design, a ABDI apoiou e esteve presente na II Bienal Internacional de Desenho Industrial, em 1970,<sup>71</sup> e na terceira edição do mesmo evento, em 1972, ambas promovidas pelo IDI do MAM da cidade do Rio de Janeiro. Uma mostra de trabalhos de desenho industrial é organizada por Wollner, em São Paulo, e realizada de março a abril de 1972, na galeria Eucat Expo, que, nas palavras de Wollner, “brilantemente reuniu e apresentou trabalhos assinados pelos melhores profissionais do setor”.<sup>72</sup> O evento obteve cobertura de mídias impressas e televisivas e constituiu-se em importante evento cultural da gestão de Wollner. Os projetos expostos eram apenas de sócios da ABDI.<sup>73</sup> A segunda edição, voltada para comunicação visual, realizou-se em 25 de janeiro de 1974, em São Paulo, e contou com uma remontagem na cidade de Curitiba, de 20 de junho a 10 de julho de 1974. Nesta, participaram designers de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Salvador.<sup>74</sup>

Algumas das parcerias que permitiram as premiações nos anos anteriores continuaram em 1970, apesar do esvaziamento da entidade do início do ano. A chamada de trabalhos para o prêmio Lúcio Meira, do VII Salão do Automóvel de 1970, citava a ABDI como membro do conselho consultivo e como entidade integrante do júri. O Prêmio Roberto Simonsen, da XI Feira Nacional de Utilidades Domésticas do mesmo ano, tinha a ABDI como organizadora do evento.<sup>75</sup>

70 Currículo de Lívio Levi, impresso de três páginas e Carta aos associados de junho de 1973, assinada por Alexandre Wollner. Documento de três páginas. O evento “ICSID-Kyoto 73” de fato ocorreu em 1973 e não em 1972, como é assinalado no livro autobiográfico de Wollner (2003: p.183).

71 Dez profissionais compuseram a mostra do Brasil nesta II Bienal, todos ligados a ABDI: Michel Arnoult, Bergmiller, João Carlos Cauduro, Lúcio Grinover, Fernando Lemos, Lívio Levi, Aloísio Magalhães, Ludovico Martino, Roberto Verschleisser, Goebel Weyne e Alexandre Wollner.

72 Carta aos associados, datada de junho de 1973 e assinada por Alexandre Wollner.

73 Entre eles: Alessandro Ventura, Lívio Levi, João Carlos Cauduro, Zalszupin, Ernesto Hauner, Carlos Fongaro, David Pond, Marilena Carvalho e Bergmiller.

74 Entre eles estavam: Estela Aronis, Cauduro/Martino, Ana Luiza Escorel, Joaquim Redig, Aloísio Magalhães, João Roberto Nascimento (Peixe), Fred Jordan, Marcelo Portela e Willefort Leão.

75 Esta foi a última edição do Prêmio Roberto Simonsen. Uma equipe de estudantes da FAUUSP foi a vencedora com um projeto de móveis-brinquedo de papelão ondulado, desenvolvidos na disciplina de desenho industrial, ministrada na Faculdade. A equipe era formada por: Felix Alves de Araujo, Floriano Floriano, Geny Yoshiko Uehara, Wilson Bracetti e Hortensia Espalhargas.

No plano das relações institucionais locais, a gestão de Wollner empreendeu esforços para a fundação de um Centro de Desenho Industrial em São Paulo nos moldes dos Design Centers europeus. Esse Centro promoveria atividades de cunho cultural e serviria de fórum entre “criador, produtor e consumidor” para convergirem seus interesses.<sup>76</sup> A sonhada sede da ABDI sairia do escritório de Wollner e passaria a se abrigar no Centro de Desenho Industrial.

Contatos políticos para o empreendimento foram possíveis a partir de uma consulta feita, em setembro de 1972, pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério da Indústria e Comércio – SCT-MIC, à ABDI sobre design para exportação. Naquele mesmo ano de 1972, foi realizada a Brazil Export, uma grande feira industrial no pavilhão de exposições do Anhembi, na cidade de São Paulo, onde foram mostrados vários produtos brasileiros para o mercado internacional. Esses produtos foram criticados por empresários estrangeiros por “não apresentarem características próprias”.<sup>77</sup> A SCT-MIC acaba aceitando a proposta da ABDI para a criação do Centro de Desenho Industrial, que teria entre seus objetivos o aperfeiçoamento dos produtos manufaturados mediante a promoção do design.<sup>78</sup> Porém, o projeto não se conclui. Mas algumas iniciativas de design foram apoiadas por meio do programa 06 do MIC, a partir do mesmo ano.

Em abril de 1973, Wollner tinha comparecido à reunião realizada na ESDI com a Diretoria da ABDI-GB e incentivou os cariocas a tentar abrir um *Design Center* no Rio de Janeiro. Mas, em ambos os estados (Guanabara e São Paulo), a iniciativa não se concluiu com a criação da entidade desejada, nem mesmo na gestão posterior, de 1974/1976, que também empreendeu contatos políticos para tentar viabilizar essa ideia.

Apesar da realização dos eventos de divulgação e das tentativas de retomada das atividades normais da ABDI por parte das duas gestões de Wollner, algumas metas não foram atingidas.<sup>79</sup> Contribuíram para isso alguns fatores que incluíram a frágil visão governamental sobre desenho industrial como inovação e o afastamento por parte de alguns dos antigos sócios dedicados à suas carreiras. Entre esses, alguns estavam se dedicando aos seus douto-

---

76 Carta aos associados, de junho de 1973, assinada por Alexandre Wollner como presidente da ABDI.

77 “Competição esbarra no design”. REVISTA DA BOLSA DE VALORES. São Paulo: Bolsa de Valores, julho de 1973. p. 17-22. p. 17.

78 Inicialmente o governo federal iria apoiar a implantação de cinco centros de desenho industrial que seriam localizados em Recife, Belo Horizonte, São Paulo, Guanabara e em Porto Alegre. *Id.Ibid.*

79 Como exemplos estão o *Design Center*, uma nova edição da revista *Produto e Linguagem*, a aprovação do novo Estatutos e a regulamentação da profissão empreendida pela ABDI-GB.

rados: Ari Rocha, Martino e Cauduro. Por um lado, continuava o esvaziamento do período anterior da ABDI, pelos mesmos motivos acima descritos; por outro lado, a forte personalidade de Wollner e a sua posição de crítica aos arquitetos para que se definissem socialmente apenas como desenhistas industriais estabelecia conflitos pontuais. Apesar da crítica, Wollner mantinha amizades com alguns arquitetos como Alessandro Ventura. Os dois se conheceram por ocasião da organização da exposição na Eucatex (Cf. WOLLNER. 2003. p. 183).

Em consequência dessas e outras dificuldades, como as próprias atividades profissionais e docentes de Wollner, nos últimos meses de sua gestão, em 1974, a representação carioca da ABDI se desliga da seção da Guanabara. Em carta à ABDI, de 04 de junho de 1974, os representantes cariocas reclamam que a seção regional da Guanabara só poderia se efetivar e realizar suas metas se o novo Estatuto, discutido em 1970 e rediscutido em 1973, tivesse sido aprovado. Além disso, os articuladores da ABDI-GB se ressentiam da falta de contatos constantes com a sede de São Paulo e das decisões que estavam concentradas na capital paulista.

No dia seguinte ao envio da carta dos cariocas, realizou-se em São Paulo uma Assembléia Geral Extraordinária, na qual Wollner apresentou o relatório de atividades do biênio 1972/1974. Novas eleições para o biênio 1974/1976 foram marcadas para 27 de junho e abertas as inscrições para chapas. O período de rearticulação chegava a uma nova etapa.

## **2.4 RENOVAÇÃO, CRESCIMENTO E CONFLITOS**

### **2.4.1 REESTRUTURAÇÃO E CRESCIMENTO**

O início dos anos 1970 foi marcado pelo “milagre econômico”, no qual a produção de eletrodomésticos e outros bens de consumo atendia a uma classe média que constituía um limitado mercado interno. Entretanto, as dificuldades para o desenvolvimento nacional de projetos de produtos industrializados continuavam, e as cópias de produtos e importação de projetos para montagem local também. Apesar disso, a demanda por design, predominantemente o gráfico e o de mobiliário, crescia. Fora dessas duas áreas, as oportunidades eram bem limitadas, mas a III Bienal Internacional de Desenho Industrial do MAM-RJ, de 1972, tinha mostrado um número maior de design de produto do que a edição

de 1970.<sup>80</sup> E a área de eletrodomésticos estava com uma demanda incipiente para o projeto local em algumas empresas.<sup>81</sup> Ou seja, o mercado para o design de produto era restrito, mas não inexistente. Além disso, as autoridades do milagre econômico manifestavam intenção de usar o design para aumentar a competitividade dos produtos brasileiros para a exportação. Tudo isso motivava, mais uma vez, os articuladores da ABDI dos anos 1960 a repensar a organização dos designers e a própria atuação no mercado.

Devido à divergência de posições com o presidente em exercício, alguns membros antigos da Associação se encontravam fora das reuniões oficiais da ABDI.<sup>82</sup> O objetivo era traçar uma reorganização da entidade, que pudesse fazer frente ao contexto social da época e arregimentar os estudantes que estavam se formando nas escolas de design do Rio de Janeiro e São Paulo, e trazer de volta a participação empresarial para dentro da ABDI, na forma como tinha ocorrido nos anos 1960.

Inicialmente, duas chapas foram inscritas. Suas composições representam os associados que vinham, há algum tempo, trabalhando na Associação e outros que, ‘de fora’, vinham discutindo a sua reorganização. A renovação e a rearticulação estavam expressas nessas chapas, pois estavam presentes associados da nova geração (diplomados em desenho industrial e em arquitetura), antigos associados dos anos de 1960 e representantes de outros estados (Minas Gerais e Bahia).<sup>83</sup>

80 Embora mobiliário, luminárias e itens de construção civil, áreas tradicionais com alguma demanda de desenho industrial, estivessem bem representadas, e a área gráfica constituísse boa parte da mostra brasileira, alguns produtos de outras áreas industriais foram apresentados como um rádio SEMP e flash para máquinas fotográficas, da Frata, projetados por Alessandro Ventura; componentes para o carro de Metrô de São Paulo, de Verschleisser e Leonardo Visconti; barbeador elétrico para Point, desenhado por Mário Paulo Valentim Monteiro e um terminal de concentrador de teclado, de Marilena Marques de Carvalho, para o SERPRO.

81 Sobre isso, ver Braga (2009) e Braga (2010).

82 Entrevista realizada com Ari Antonio da Rocha. *Op.Cit.* 2001. Estas reuniões ocorreram provavelmente em 1973 e 1974.

83 Nesta eleição as duas chapas concorrentes eram: Chapa 1: Presidente: Alexandre Wollner; Diretor de Informação: David Pond; Diretor de Divulgação: Adriana Adam; Diretor de Fundos: Itajara Ferreira de Almeida; Diretores de Planejamento: Roberto Verschleisser, Galba Osório, Joaquim de Salles Redig de Campos; Conselho Fiscal: Marcelo Portella, Willefort Leão de Mello Filho e Freddy Van Camp; Suplente: Antônio Maluf. Chapa 2: Presidente: João Carlos Cauduro; Diretor de Informação: Ernesto Hauner; Diretor de Divulgação: José da Costa Chaves; Diretor de Fundos: Leo Seincman; Diretores de Planejamento: Alessandro Ventura, Ari Antonio da Rocha, Jorge Zalsupin; Conselho Fiscal: Paulo Jorge Pereira, Joaquim de Salles Redig de Campos e Wolfgang Schoedon; Suplente: Ludovico Martino. Carta da ABDI aos associados, datada de 18 de junho de 1974. Nota-se que a chapa de Wollner possui uma presença maior de novos associados, sendo que três deles são egressos da ESDI (Freddy Van Camp, Joaquim Redig e Roberto Verschleisser). Joaquim Redig aparecendo nas duas chapas e Alessandro Ventura, amigo de Wollner, na chapa de Cauduro, foram alguns dos fatores que facilitaram a saída de uma chapa única.

No sentido de unir esforços e garantir a reorganização da ABDI, uma chapa única é montada e eleita. Nesta nova chapa, o cargo de presidente foi ocupado pelo engenheiro Sérgio Kehl.<sup>84</sup> Kehl tinha trabalhado na empresa Villares como diretor industrial quando João Carlos Cauduro o conheceu. Cauduro, nesta época, realizava projeto de elevadores para aquela indústria. Isto tinha sido antes de 1973. Na época da eleição para a gestão de 1974/1976, Kehl trabalhava na direção da indústria Nadir Figueiredo.<sup>85</sup> O novo presidente da ABDI era “muito ligado aos empresários” e, portanto, poderia promover o retorno mais ativo deste segmento de sócios.<sup>86</sup> Além disso, a candidatura de Kehl foi considerada ‘neutra’ entre as duas chapas candidatas de junho de 1974.

Um programa de ação para o biênio 1974/1976 é traçado pela nova Diretoria e previa uma reestruturação administrativa, uma campanha por novos sócios, a luta pela regulamentação da profissão, premiações, impressão de informativos e outras atividades de cunho cultural e profissional. Entre essas ações destacou-se a formação de um Conselho Consultivo “constituído de personalidades do mundo empresarial e governamental brasileiro”.<sup>87</sup>

Segundo Ari Antonio da Rocha, este Conselho<sup>88</sup> tinha como presidente José Mindlin.<sup>89</sup> E foi este Conselho que conseguiu mobilizar alguns empresários para, mais uma vez, investir em atividades promovidas pela ABDI.

---

84 A chapa única foi ainda composta por: Adriana Adam (Divulgação); Léo Seincman (Fundos); Marco Antônio A. Rezende (Informação); João Carlos Cauduro, David Pond e Roberto Verschleisser (Planejamento); Marcelo Portella, Willefort Leão de Mello Filho e Freddy Van Camp (Conselho Fiscal). A eleição foi realizada em 27 de junho, no auditório da EUCAT Expo, em São Paulo. BOLETIM INFORMATIVO ABDI. São Paulo: ABDI. n. 1, novembro de 1974.

85 Sérgio Penna Kehl foi professor da Escola Politécnica da USP a partir de 1958. Kehl era sócio da ABDI desde meados dos anos 1960. Durante a presidência da ABDI, saiu da indústria de vidros Nadir Figueiredo e fundou o Grupo Associado de Pesquisa e Planejamento Ltda. (GAPP), o “primeiro escritório especializado em consultoria na área” de ergonomia. Cf. MORAES, 2001. Kehl ministrou aulas sobre Projeto de Produto no início dos anos 1960 na Escola Politécnica e foi pioneiro no ensino de Ergonomia em universidades brasileiras.

86 Entrevista realizada com João Carlos Cauduro. *Op.Cit.* 2003.

87 Cf. BOLETIM INFORMATIVO ABDI, n. 01. *Op.Cit.* 1974. p. 2.

88 Em 1974, o Conselho era composto por nove empresários: C. J. Van Der Klugt (Philips), Eudoro Villela (Itaú), Giorgio Padovano (Olivetti), Horácio Cherkassky (Klabin), José Mindlin (Metal Leve), Justo P. Fonseca (Pignatari), Luiz D. Villares (Villares), Robert Blocker (Lar Brasileiro), Virgílio Lopes Silva (Instituto Roberto Simonsen). In BOLETIM INFORMATIVO ABDI, n. 01. *Op.Cit.* 1974. p. 2.

89 Segundo João Carlos Cauduro, no início das relações entre a ABDI e a FIESP, nos anos de 1960, José Mindlin, diretor da Federação, teria sido o primeiro contato que possibilitou o apoio da entidade empresarial à Associação de designers. Durante um bom tempo, teria agido como representante da ABDI na FIESP, ainda nos anos de 1960. Entrevista realizada com João Carlos Cauduro. *Op.Cit.* 2003.

Com um presidente ligado à FIESP e que tinha experiência administrativa adquirida no exercício de cargos de diretoria na indústria, a ABDI apresentou um perfil mais empresarial na forma de organizar suas atividades. Os contatos com autoridades do Governo, já no mesmo ano de 1974, e o auxílio dos empresários, refletiam o novo período de rearticulação da entidade profissional.

Com a ajuda da Secretaria de Tecnologia Industrial do MIC e da Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo, a ABDI participou do Interdesign '75, realizado em Bruges, Bélgica, e do IX Congresso do ICSID, realizado em Moscou. Os contatos com o ICSID foram intensificados e a ABDI passou a fazer parte do *Working Group II – Communications* do ICSID que habilitava a ABDI como um “núcleo informativo do ICSID para a América Latina”.<sup>90</sup> Dessa forma, os contatos externos da gestão de Wollner foram mantidos e intensificados na nova gestão, garantindo a continuidade da dimensão internacional da Associação brasileira.

As atividades culturais e a impressão de informativos foram viabilizadas financeiramente por empresas e membros do Conselho Consultivo.

Um boletim informativo foi criado e seu primeiro número foi impresso em novembro de 1974, com uma tiragem de cinco mil exemplares (Figura 2.5). Era distribuído para os associados, órgãos governamentais, escolas de nível superior, empresas e entidades internacionais filiadas ao ICSID. Os boletins divulgavam as atividades da ABDI e traziam notícias sobre o campo do design. Mais seis números do boletim foram impressos até meados de 1976, realizando um bom registro da gestão de 1974/1976.

A revista *Produto e Linguagem*, periódico da Associação, não foi esquecida. O número 4 da publicação foi planejado para servir como um cadastro de profissionais com atuação em design, até cinco anos anteriores à data prevista para sua impressão: maio/junho de 1976. No entanto, o número acaba não saindo, pois, aparentemente, os associados não tinham enviado o material necessário.<sup>91</sup>

O entusiasmo com o número 4 refletia o otimismo com os destinos da Associação que voltava a estimular os membros da ABDI. As atividades de divulgação do Design também abrangeram artigos em revistas de editoras, a intensificação de exposições e concursos realizados em parceria com empresas e entidades culturais, como o MASP e o IAB, e com o Governo do Estado de São Paulo.

Alguns eventos de gestões anteriores continuaram a ser promovidos, como a organização de uma edição da EUCAT Expo em Londrina, em agosto de 1974,<sup>92</sup>

90 BOLETIM INFORMATIVO ABDI. São Paulo: ABDI. n. 6. maio de 1976. Penúltima página. A ABDI recebia informações diretamente do ICSID e as difundia para outras entidades da América Latina.

91 Ata da reunião da diretoria, de 9 de julho de 1974. São Paulo: ABDI.

92 Cf. BOLETIM INFORMATIVO ABDI, n. 6. *Op.Cit.* 1976.

e a realização do Prêmio Lúcio Meira, durante o IX Salão do Automóvel de 1974, em parceria com a empresa Alcântara Machado.<sup>93</sup>

Premiações e concursos novos nasceram durante essa gestão. A Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS – instituiu, em 1974, o Prêmio Ruben Martins<sup>94</sup> de comunicação visual. A ideia surgiu a partir da exposição de identidade visual da própria empresa, que foi desenvolvida pelo escritório de Aloísio Magalhães. Com colaboração técnica da ABDI, as Secretarias de Economia e Planejamento e de Cultura, Ciência e Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo, instituíram os concursos “Operação Bicicleta” e “Sistema Gráfico” para o programa “Alternativas de Desenvolvimento”, do Governo do Estado de São Paulo. O primeiro objetivava “estimular o uso da bicicleta oferecendo condições de segurança e convivência para seus usuários”.<sup>95</sup> Esse concurso era uma das ações do referido programa, e o concurso de seu sistema gráfico pretendia atingir uma boa identidade visual para a respectiva divulgação.

---

93 A equipe ARAUAÊ, ligada à FAAP, foi a vencedora e tinha como membro Auresnede Pires Stephan (prof. Eddy). Cf. BOLETIM INFORMATIVO ABDI. São Paulo: ABDI. n. 2, março de 1975. p. 5.

94 Ruben Martins trabalhou no escritório Forminform. Consultar Capítulo 1 deste livro.

95 Cf. BOLETIM INFORMATIVO ABDI. São Paulo: ABDI. n. 4, outubro de 1975. p. 1-2.



Figura 2.5 Capa do Boletim Informativo n. 1 da ABDI, de novembro de 1974.

Várias conferências sobre desenho industrial foram realizadas durante o biênio 1974/1976 em escolas e instituições variadas. Nesse ramo de atividades, dois eventos se destacaram: o primeiro foi o “Ciclo de debates sobre desenho industrial”, realizado em conjunto com a FAAP, de 24 a 28 de novembro de 1975. Vinte e cinco conferências se realizaram, sempre à noite, na FAAP, e abrangeram as relações entre o desenho industrial e o usuário, a escola, a empresa, o governo e o próprio desenhista industrial. Participaram das mesas de conferências profissionais associados à ABDI, empresários, docentes e representantes do governo paulista.<sup>96</sup> O evento teria sido um sucesso de público, pois a plateia, todas as noites, teria “uma média de trezentas pessoas”.<sup>97</sup>

O segundo evento do gênero diversificou suas atividades e ganhou uma dimensão de maior importância em relação aos fóruns de profissionais anteriores. Tratou-se do Simpósio Design '76, que adquiriu ares de congresso devido à aglutinação de pessoas que conseguiu e à temática variada. Sua origem remonta ao programa de ação da Diretoria, eleita em 1974, que tinha, em um de seus itens, o intuito de promover a “coordenação de congressos nacionais e internacionais”.<sup>98</sup>

Já em julho de 1974, contatos com o Instituto Roberto Simonsen da FIESP foram feitos para estudar a viabilização de um Congresso Panamericano de Desenho Industrial. O evento acaba sendo reestruturado para ser o I Congresso Nacional de Desenho Industrial, que seria realizado em outubro de 1975.

No entanto, no início de 1975, a comissão organizadora do Congresso resolve adiar-lo para 1976 e realizar, em seu lugar, em outubro de 1975, o I Simpósio Nacional de Desenho Industrial. A decisão teria sido tomada diante “das condições de viabilidade” disponíveis que tornariam um simpósio “mais eficiente e operacional”.<sup>99</sup> O tema do Simpósio, “Design e Indústria”, seria debatido por grupos de trabalhos e palestrantes. O Simpósio forneceria subsídios para o estabelecimento do temário de um futuro Congresso Nacional de Desenho Industrial. Porém, o que ocorreu de fato foi a realização do Simpósio no lugar do Congresso, em 1976.<sup>100</sup>

O Simpósio Design '76 se realizou entre os dias 24 e 26 de maio de 1976, no São Paulo Hilton Hotel. Contou com a colaboração do Instituto de Organização do Trabalho – IDORT, de São Paulo e foi patrocinado pela Secretaria de Tecnologia

96 Destacamos a presença de Giorgio Padovano, José Mindlin, José Batista Vidal, Lúcio Grinover, Luiz Villares, Emílio Figueiredo Braga, Joaquim Redig, Itiro Iida, Karl Bergmiller, José Abramovitz, Décio Pignatari, Marco Antônio A. Rezende, Francisco José Donato, João Carlos Cauduro e Alessandro Ventura. Compareceu ao evento também o Ministro da Indústria e do Comércio, Severo Gomes.

97 Cf. BOLETIM INFORMATIVO ABDI. São Paulo: ABDI. n. 5, fevereiro de 1976. Última página.

98 BOLETIM INFORMATIVO ABDI. n.1. *Op.Cit.* 1974. Primeira página.

99 BOLETIM INFORMATIVO ABDI. n. 3. *Op.Cit.* 1975. Primeira página.

100 Que, apesar de tudo, continuava-se com a esperança de realizar este Congresso em 1977. BOLETIM INFORMATIVO ABDI. n. 6. *Op.Cit.* 1976. Primeira página.

Industrial do Ministério da Indústria e Comércio – MIC. O evento foi dividido em conferências que, predominantemente, abordaram o tema Design e Indústria, e em três Grupos de Trabalhos de temas variados (ver Figura 2.6), coordenados por sócios da ABDI.<sup>101</sup> Os conferencistas eram autoridades governamentais<sup>102</sup> e designers da ABDI: Alessandro Ventura, João Carlos Cauduro e Aloísio Magalhães.



**Figura 2.6** Grupo de trabalho do Simpósio Design '76. Foram identificados na foto: na ponta esquerda da primeira fila, de óculos, Guilherme Cunha Lima. Atrás dele, à esquerda, Valéria London. Ainda na primeira fila, também de óculos, Sérgio Camardella, professor da UFRJ. À sua direita Renato Gomes, sócio da Dia Design, e ao lado, de barba, João Roberto Nascimento (Peixe). Fotografia gentilmente cedida por Guilherme Cunha Lima.

101 Grupos de Trabalhos do Simpósio – Grupo A: Os profissionais e o Desenho Industrial, relator Marco A. A. Rezende, membro diretor da ABDI; Grupo B: O Governo e o Desenho Industrial, relator Itiro Iida, coordenador do Programa de Desenho Industrial da Secretaria de Tecnologia Industrial; Grupo C: O Ensino de Desenho Industrial, relator Lúcio Grinover, Diretor da FAUUSP. Cf. I SIMPÓSIO BRASILEIRO DE DESENHO INDUSTRIAL. *Anais*. São Paulo: ABDI/IDORT, 1976.

102 Entre os quais alguns já tinham participado do Ciclo de Debates da FAAP que a ABDI promoveu em 1975, como foi o caso de José Batista Vidal, Secretário de Tecnologia Industrial.

O planejamento do evento perpassou quase toda a gestão da Diretoria de 1974/1976. Foi discutido, dentro da ABDI, por comissões de organização que abrangiam sócios de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.<sup>103</sup> Esses fatores, e mais a distribuição dos boletins informativos e de impressos com notícias do evento,<sup>104</sup> contribuíram para que um grande fluxo de pessoas comparecesse ao Design'76.

Profissionais, professores e estudantes do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Paraná, Maranhão e Rio Grande do Sul afluíram a São Paulo motivados a discutir o design. Eles refletiam não só os locais em que a atividade profissional existia, mas também, o cenário das instituições de ensino que se modificaria nos anos de 1970.

---

103 Compareceram a reuniões destas comissões: Marcelo Portela, de Minas Gerais e José Abramovitz, do Rio de Janeiro. Ata da reunião da comissão de temário. Sem data. 2 páginas mimeografadas.

104 Em dezembro de 1975, a ABDI lançou um concurso para o “Sistema Gráfico Design 76”. O trabalho de identidade visual vencedor foi do escritório “Desenho Ltda”, de Minas Gerais, de João Delpino e Marcelo Portela (Figura 2.7). Receberam menções honrosas o trabalho do escritório “Dia Design”, de Gilberto Strunck, e o trabalho de Auresnede Pires Stephan. BOLETIM INFORMATIVO ABDI. n. 6. *Op.Cit.* 1976. p. 2.



**Figura 2.7** Capa dos Anais do Simpósio Design '76, com o logotipo do evento de João Delpino e Marcelo Portela.

A própria ABDI registrou em seu *Boletim Informativo* de junho de 1975 (última página) que quatro escolas estavam funcionando “recentemente” com novos cursos de Desenho Industrial.<sup>105</sup> Na verdade, 15 cursos de Desenho Industrial já estavam funcionando em 1976, espalhados por seis estados. Entre esses, São Paulo possuía o maior número: seis, além da própria FAUUSP, pioneira do ensino superior de design em São Paulo.

Com 353<sup>106</sup> participantes de variados estados e com a qualidade dos debates, o Simpósio '76 tornou-se um marco na história da ABDI e coroou os esforços empreendidos pela Diretoria e pelos associados que a auxiliaram.

O evento deixou também outras consequências. Entre elas, estimulou que os associados de outros estados tentassem reestruturar as representações regionais, aproveitando as pessoas que viajaram ao Simpósio. No evento, a ABDI tentou captar novos sócios entre a massa de diplomados que se formava com os novos cursos de Design no país.

Com a ajuda do Conselho Consultivo, formado por empresários, os principais eventos e impressos de divulgação tiveram patrocínio. Mas o dia a dia da Associação, com seus pequenos gastos operacionais, dependia do recebimento das mensalidades, como ocorrera nos anos de 1960. Mais sócios, significava mais verbas, não só para financiar a existência da Associação e suas atividades, mas também para ampliar o leque de representatividade diante da categoria profissional e ter, assim, mais respaldo institucional perante a sociedade. O aumento do número de sócios estava entre as metas da gestão 1974/1976.

O ano de 1974 tinha terminado com o registro de 92 sócios titulares, mas nenhum coletivo. Entretanto, os esforços dos primeiros meses da nova gestão e a ação do Conselho Consultivo conseguiram que já em 30 de janeiro de 1975 fossem registrados os primeiros cinco sócios coletivos,<sup>107</sup> após um período de ausência, consequência do esvaziamento sofrido pela ABDI nos anos anteriores.

Porém, 1974 trazia uma novidade: a presença expressiva de ‘sócios estudantes’, cerca de 42. Essa presença parece ter sido estratégica, uma vez que o Estatuto ainda não tinham sido mudado. No entanto, acreditamos que isso refletia uma

---

105 Eram elas: Faculdade Pestalozzi de Ciências, Educação e Tecnologia de Franca – SP; Fundação Educacional de Bauru – SP; Fundação Universidade do Maranhão – UFMA e PUC-PR. O boletim comentava, com esperança, que “da quantidade – quem sabe? – deve nascer a qualidade”.

106 I SIMPÓSIO BRASILEIRO DE DESENHO INDUSTRIAL. Relação dos participantes. São Paulo: ABDI/IDORT. Folha de rosto e mais 19 páginas datilografadas. São Paulo foi o estado com maior número de participantes, seguido pelo do Rio de Janeiro.

107 Sócios coletivos: Olivetti do Brasil; Forma Móveis e Objetos de Arte; Nadir Figueiredo Indústria e Comércio; Pirelli S/A; e Metal Leve. Cf. BOLETIM INFORMATIVO ABDI. n. 6. *Op.Cit.* 1976. p. 6. Os empresários eram sócios titulares, pessoas físicas e não jurídicas.

noção da Diretoria da ABDI sobre o crescimento desse segmento, consequência do cenário de cursos de Desenho Industrial mencionados anteriormente.<sup>108</sup>

Alguns eventos de design, ocorridos na época, foram efetivados nas faculdades, por estudantes, com o auxílio da ABDI. Os estudantes cresceram na lista de associados da ABDI. Em abril de 1976, portanto, antes da realização do Simpósio '76, eram registrados dez sócios coletivos,<sup>109</sup> 152 sócios-titulares e 130 sócios-estudantes. O número de estudantes estava quase se igualando ao número de profissionais associados.

O balanço financeiro, publicado em abril de 1976,<sup>110</sup> mostrava que a receita tinha crescido 500% em 1975, em relação ao arrecadado, em 1974. Esperava-se que o Simpósio '76 contribuísse para mais um crescimento de sócios. Porém, a captação de mais gente também objetivava conseguir pessoas para participar das tarefas da Associação. Em fevereiro de 1976, foi publicada nota com o título “Precisamos de Gente”,<sup>111</sup> na qual a diretoria pedia ajuda para operacionalizar os diversos projetos e eventos que desenvolvia. Muitos sócios que atuavam no dia a dia das tarefas da ABDI participavam de mais de uma atividade simultaneamente. E várias atividades estavam sendo realizadas, o que sobrecarregava os que tocavam o cotidiano da Associação.

As minutas de proposta para o novo Estatuto, escritas durante a gestão de Wolner, serviram de ponto de partida<sup>112</sup> para as discussões de suas modificações durante a gestão 1974/1976. Uma proposta de novo Estatuto é concluída em fevereiro de 1975. Nela, o sócio-titular era transformado em “sócio-individual”, que abrangeria profissionais autônomos, “estudantes de Desenho Industrial ou cujo currículo escolar contenha essa disciplina” e qualquer pessoa física vinculada ao desenho industrial. O poder de voto estaria na mão dessa categoria de sócio. O sócio-coletivo permanecia, e as duas outras categorias de sócios – benemérito e correspondente – eram modificadas para sócio honorário e contribuinte, que, essencialmente, repetiam as características daquelas. A regionalização continuava prevista, mas a grande novidade era a possibilidade de “Unidade Central”, que abrigaria a Direção Nacional, estar sediada “na região que reunir maior número de associados titulares”.<sup>113</sup>

---

108 Sonia Carvalho informa que se tornou sócia da ABDI quando estava no último ano do curso da Mackenzie e que era nesta condição que o estudante poderia se associar durante os anos 1970. Entrevista realizada com Sonia Valentim de Carvalho, em 10 de fevereiro de 2011, na cidade de São Paulo, com 45 minutos de duração.

109 Além dos cinco anteriores, eram sócios coletivos: Braun do Brasil; COMGÁS; Indústria Villares; Klabin Irmãos e Cia; e Móveis Teperman. Cf. BOLETIM INFORMATIVO ABDI. n. 6. *Op.Cit.* 1976. p. 6.

110 *Id.Ibid.*

111 BOLETIM INFORMATIVO ABDI. n. 5. *Op.Cit.* 1976. Última página.

112 Cf. Ata da reunião da diretoria, de 9 de julho de 1974. 2 páginas datilografadas.

113 Estes titulares seriam os sócios individuais quando no exercício de voto nas assembleias. Cf. Minuta para novo Estatuto da ABDI. São Paulo, ABDI, fevereiro de 1975. 8 páginas mimeografadas.

Pode-se concluir que a gestão 1974/1976 orientou suas atividades com a perspectiva de tornar a ABDI efetivamente uma entidade com representação nacional, e tinha consciência do crescimento de profissionais em outros estados. Entretanto, a proposta do novo Estatuto não foi aprovada, por falta de tempo para discuti-la com os associados.<sup>114</sup>

Algumas tentativas para conseguir uma sede própria, gratuitamente, foram empreendidas nesse período junto às instituições parceiras dos eventos, como no caso do MASP. Entretanto, a sede funcionou mesmo no escritório Cauduro-Martino, de propriedade de João Carlos Cauduro, Diretor de Planejamento da gestão 1974/1976, e Ludovico Martino, sócio da ABDI. Em 1976, a Associação contava com “dois funcionários *full-time*”<sup>115</sup> para as funções de secretária, provavelmente fruto das boas finanças alcançadas no período.

A regulamentação da profissão não foi esquecida. O caminho continuava passando pelo CREA. Contatos foram realizados com esse Conselho, mas nada de concreto foi conseguido. A novidade foi o registro no CREA do “primeiro desenhista industrial brasileiro”. Tratava-se de Francisco José Donato Neto, diplomado na ESDI, em 1968. Uma foto de sua carteirinha foi estampada na segunda página do Boletim Informativo, de junho de 1975, e teria sido resultado tanto dos “dois anos de luta que Donato travou com a burocracia”<sup>116</sup> do CREA, quanto dos contatos acumulados que a ABDI realizou, em prol da regulamentação, com esse Conselho. Na mesma notícia, a ABDI estimulava que todos que tivessem diploma registrado no MEC procurassem fazer o mesmo caminho de Donato. Todavia, isso não implicava na efetivação do projeto de regulamentação, visto que este dependia da aprovação de projeto de lei via Congresso Nacional; mas possíveis registros isolados e parcialmente válidos<sup>117</sup> de profissionais diplomados em desenho industrial, abrigados pelo CREA, para exercício de atividades de desenho industrial.

No entanto, em junho de 1976, o CREA do Rio de Janeiro recusa o pedido da ESDI para registro da escola entre as instituições de ensino do Conselho e recomenda a cassação da carteira de desenhista industrial emitida para

---

114 Cf. BOLETIM INFORMATIVO ABDI. n. 6. *Op.Cit.* 1976. p. 6.

115 *Id.Ibid.* p. 5.

116 BOLETIM INFORMATIVO ABDI. n. 5. *Op.Cit.* 1975. p. 2.

117 Em carta de 20 de junho de 1975, Sérgio Kehl escrevia a Freddy Van Camp que logo após a notícia da carteirinha de Donato, a ABDI procurou o CREA. O Conselho informou que o registro não era “totalmente válido”. Sérgio Kehl pede ajuda a Freddy Van Camp para descobrir onde está o processo de regulamentação da profissão, que foi discutido com o CREA do Rio de Janeiro, e informa que Carmen Portinho poderia ajudá-lo “nesta missão”. Esta referência, ao que tudo indica, era a tentativa levada a cabo pela ABDI-GB, em 1970, junto ao CREA, com ajuda de Carmen Portinho.

Donato. A alegação era que não se tratava de profissional em engenharia, arquitetura ou agronomia, e que a profissão de desenhista industrial não tinha sido regulamentada por lei e, portanto, não caberia ao CREA a concessão de atribuições a este profissional.<sup>118</sup>

Apesar do crescimento nítido das atividades políticas, culturais e estruturais da ABDI, conseguidas pela gestão de Sérgio Kehl, o grupo de sócios no cotidiano das reuniões para organizá-las e efetivá-las não cresceu na mesma proporção. É claro que o número de participantes desse cotidiano tinha crescido se comparado com os anos do final da década de 1960 e início da década de 1970. A presença de empresários no Conselho também fazia uma diferença na realização das atividades. Contudo, em comparação ao número de associados que a ABDI vinha conseguindo e ao contingente que frequentava os eventos, o número de pessoas que participava de seu dia a dia poderia ser considerado pequeno.<sup>119</sup>

Porém, isso não impediu a reestruturação e intensificação das atividades da ABDI em um nível comparável aos anos de otimismo dos primeiros tempos da Associação pioneira.

Com o crescimento do ensino em outros estados, o desafio de concretizar a regionalização da ABDI se apresentava para o biênio 1976/1978. Uma das consequências do Simpósio Design '76 foi a influência que teve nos rumos dessa regionalização. Tratava-se da retomada da organização da seção regional do Rio de Janeiro, empreendida por formandos da ESDI que regressaram do evento de design.

## 2.4.2 CRESCIMENTO, REGIONALIZAÇÃO E CONFLITOS

Desde o início da gestão de 1974/1976, Joaquim Redig vinha atuando como representante do estado da Guanabara na ABDI, incentivado por Ari Antonio da Rocha. O cargo não era previsto pelo estatuto de 1963, ainda vigente, mas era útil para manter contatos com o estado com grande potencial de associados.<sup>120</sup>

118 Parecer de 11 de junho de 1976, assinado por Arthur Orlando Lopes Costa; presidente da Comissão de Atribuições Profissionais do CREA-RJ sobre o Processo SSG-018/76 que tratava do pedido de registro da ESDI no CREA. A intenção de abrigar o desenhista industrial no CREA, nos anos de 1970, visava, antes de tudo, aproveitar a estrutura já instalada do Conselho. Mesmo que o caminho da regulamentação fosse o Congresso Nacional, a inserção no CREA pouparia tempo e esforços que a montagem de um Conselho próprio de Desenho Industrial requereria.

119 As atas de reuniões de trabalho encontradas demonstram a presença de seis a 15 pessoas. Cauduro confirma que elas eram poucas, e define uma média de oito pessoas. Entrevista realizada com João Carlos Cauduro. *Op.Cit.* 2003.

120 Cf. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA REPRESENTAÇÃO DA ABDI NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 1974/1976. Rio de Janeiro: ABDI. Datado de 13 de setembro de

Por falta de motivação da maioria dos recém-formados da ESDI, Joaquim Redig não conseguiu mobilização suficiente para discutir a regionalização no período 1974/1976. Suas atividades ficaram restritas “a exercer as funções de rotina”.<sup>121</sup>

Após o Simpósio Design '76, os profissionais do Rio de Janeiro foram motivados pela realização do evento a discutirem a regionalização da ABDI. Reuniões em junho de 1976 foram realizadas na ESDI com a finalidade de organizar a seção ABDI-RJ.<sup>122</sup> Cerca de 40 a 80 pessoas compareceram às reuniões. Marco Antônio Amaral Rezende comparece a essas reuniões no Rio de Janeiro, representando a gestão 1974/1976 que apoiou a iniciativa dos cariocas. Quatro grupos de trabalhos foram formados com a finalidade de estudar e encaminhar soluções para os problemas da profissão e estruturar a representação do Rio de Janeiro.<sup>123</sup> Uma média de dez pessoas compôs cada um desses grupos.

Como resultado desse processo de organização, os profissionais do Rio de Janeiro, em acordo com os paulistas, decidem eleger os coordenadores desses grupos de trabalho para compor a chapa da Diretoria da ABDI para o biênio 1976/1978. Dessa forma, a nova Diretoria pretendia dar à Associação a dimensão nacional almejada.<sup>124</sup> Esperava-se com isso estimular a organização das seções regionais da ABDI, conforme ocorria na cidade do Rio de Janeiro.

Em 13 de setembro de 1976, em assembleia realizada na FAAP, a nova Diretoria foi eleita. A chapa foi considerada por Sérgio Kehl (Figura 2.8) como resultado do “projeto de conciliação de sua gestão, demonstrado no esforço de união nacional”.<sup>125</sup>

---

1976. Assinado por Joaquim Redig. 6 páginas.

121 *Id.Ibid.* p. 2.

122 Atas das reuniões da ABDI-RJ, de 21 de junho e de 28 de julho de 1976. Rio de Janeiro: ESDI.

123 Os temas eram: Estatutos e Processo de Regionalização; Profissão; Ensino e Divulgação e Informação. INFORME DOS GRUPOS DE TRABALHO ABDI-RJ. Rio de Janeiro: ABDI-RJ. setembro de 1976. 2 páginas.

124 Nova Diretoria da ABDI, biênio 1976-1978. Presidente: Marco Antônio Amaral Rezende, SP. Diretor de Informação: José Nelson Medina, RJ. Diretor de Divulgação: José Carlos Wanderley Conceição, RJ. Diretor de Planejamento: Valéria Munk London, RJ. Diretor de Planejamento: Adriana Adam, SP. Diretor de Fundos: Léo Seincman, SP. Conselho Fiscal: Guilherme Cunha Lima, PE; Marcelo Portela, MG; Marcelo Rezende, MG. INFORME DOS GRUPOS DE TRABALHO ABDI-RJ. Op.Cit. 1976. Primeira página.

125 Ata da Assembleia Geral Extraordinária, de 13 de setembro de 1976. São Paulo, ABDI, 1976. 2 páginas datilografadas. 23 pessoas estavam presentes a esta eleição. Por achar pouco representativa a assembleia, pela “ausência de maior número de associados”, Alessandro Ventura propôs, antes da eleição, que a Diretoria de 1974/1976 permanecesse no poder até janeiro de 1977. A proposta foi colocada em votação, mas foi derrotada. Alessandro Ventura, Sérgio Akamatú e Sônia Valentim votaram contra a realização da eleição naquela data.



**Figura 2.8** Sérgio Kehl apresentando o balanço da gestão 1974/1976 da ABDI. Foto gentilmente cedida por Guilherme Cunha Lima.

Oito dos dez membros da nova Diretoria eram jovens profissionais, o que acentuava o caráter de renovação dos cargos dirigentes da Associação iniciado com a gestão de Sérgio Kehl. Entre os dez membros, só quatro eram de São Paulo e vinham da Diretoria anterior de 1974/1976 (Marco Antônio, Sérgio Kehl, Adriana Adam e Leo Seincman). Por isso mesmo, algumas iniciativas da gestão anterior continuaram, como a permanência do Conselho Consultivo de Empresários<sup>126</sup> que auxiliou e viabilizou mais alguns eventos e algumas publicações.<sup>127</sup>

A regionalização é estimulada por cartas e manifestos publicados nos boletins e pela ação dos membros da Diretoria que residiam fora de São Paulo.<sup>128</sup> Recomendava-se a ação nas escolas de design para arregimentar novos sócios e, assim, captar futuros profissionais como sócios.<sup>129</sup> No Rio de Janeiro, Diva Maria Gonçalves de

126 Agenda para o Conselho Consultivo, de 01 de junho de 1977. São Paulo, ABDI, 1977.

127 *Boletins Informativos* da ABDI n<sup>os</sup> 8 e 9 e as edições especiais da revista *Produto e Linguagem*, de 1977, em formato A4 e sem o caráter de noticiário dos boletins. Uma dessas edições era um encarte que trazia uma tradução de um texto de Tomás Maldonado: O design e o futuro do meio ambiente.

128 A ABDI-PE é inicialmente organizada por Guilherme Cunha Lima, que auxiliou a estruturação do curso de Desenho Industrial da UFPE.

129 BOLETIM INFORMATIVO ABDI. São Paulo: ABDI. n. 8, dezembro de 1976. Primeira página.

Araújo foi eleita representante regional após eleição da Diretoria 1976/1978. Ela tinha dividido com Nelson Medina a liderança do Grupo de Trabalho 1 – Estatutos, da ABDI-RJ. Em agosto de 1976, grupo tinha concluído uma proposta de novos estatutos que foi encaminhada posteriormente a São Paulo. Sem a mudança dos estatutos, a seção regional Rio de Janeiro não poderia ser oficializada.

A proposta do Rio de Janeiro pretendia também, como algumas anteriores, fortalecer as “unidades seccionais”, e a criação de uma ‘Diretoria Nacional’ e um Conselho Superior com atuação em uma sede nacional, que poderia ser fora da cidade de São Paulo. A novidade, desta vez, era a crítica à presença de pessoas jurídicas e de industriais como sócios, situação que não era encontrada “em nenhuma outra associação de classe”.<sup>130</sup>

Apesar de levantar a discussão dessa questão, a proposta carioca lançava a ideia de fortalecer a presença dos profissionais da área de design, pessoas físicas, como sócios primordiais para estruturar uma associação de classe. Esse último ponto é que, primordialmente, se diferenciava da minuta de proposta de novo Estatuto de fevereiro de 1975, que continuou a ser desenvolvida em São Paulo até o final da gestão 1974/1976. Essa minuta de 1975 tinha sido divulgada um pouco antes da proposta do Rio de Janeiro, em junho de 1976, com pequenas alterações que não a modificaram essencialmente.<sup>131</sup> As visões, entre o movimento do Rio de Janeiro e os paulistas, a respeito do perfil Associativo da ABDI, começaram a apresentar diferenças, que influenciariam os destinos da organização profissional dos cariocas, conforme veremos adiante.

A sede da ABDI funcionou no escritório Cauduro/Martino até novembro de 1976. Durante o período 1976/1978, a ABDI continuou a manter os dois funcionários que tinha conseguido na gestão anterior, de Sérgio Kehl. Esperava-se que o fluxo financeiro que a ABDI tinha tido após o Simpósio Design’76 permitisse ter uma sede que não fosse mais o escritório do presidente ou de um dos diretores. Na prática, o escritório de Sérgio Kehl, Grupo Associado de Pesquisa e Planejamento Ltda – GAPP, abrigou a sede da associação de dezembro de 1976<sup>132</sup> até o final da gestão 1976-1978. Nos últimos dias dessa gestão, um contato com a CIESP/FIESP abriu a possibilidade de uma sede para a ABDI no 13º andar do Palácio Mauá, no viaduto Dona Paulina, pertencente à entidade empresarial, mas a iniciativa não se concluiu.

130 Carta do Grupo de Trabalho 1 – Estatuto, de 24 de agosto de 1976. Em anexo, minuta de proposta de novos estatutos para a ABDI. Rio de Janeiro, ABDI-RJ, 1976. Datilografada.

131 O estudante ficaria como categoria própria. A Diretoria nacional era composta por oito membros. Carta aos associados, de 16 de julho de 1976. Assinada por Sérgio Kehl. São Paulo, ABDI.

132 Carta aos associados, de 01 de dezembro de 1976, assinada por Marco A. A. Rezende, como presidente da ABDI. São Paulo, ABDI, 1 página.

O congresso previsto para 1977 não se realizou. Entretanto, as atividades culturais de divulgação do design e dos associados, por meio de exposições e concursos, continuaram a marcar o perfil de atuação da ABDI. As parcerias com empresas, escolas e entidades governamentais, reaquecidas na gestão anterior, deram novos frutos.

Destacamos, entre eles, o seminário e a exposição “Panorama da Identidade Visual”, realizados no MASP em novembro de 1977. Foram expostos “trinta e cinco projetos de autoria de quinze profissionais ou escritórios”<sup>133</sup> de todo o Brasil. Em quatro dias de seminários, os conferencistas abordaram a importância da identidade visual para empresas e comunidades. O evento contou com a colaboração de diversas entidades empresariais e com a Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia de São Paulo.<sup>134</sup> As marcas gráficas e os sistemas de Identidades Visuais foram o principal tipo de projeto realizado pela geração de escritórios pioneiros do campo do design nos anos 1960. Nos anos 1970, ainda eram o destaque na demanda gráfica desse campo, tanto que mereceram atenção especial com a realização do evento por parte da ABDI.

Os estudantes foram contemplados com um concurso exclusivo: Plastipar/Fenavem de Desenho de Móveis. Realizado no primeiro semestre de 1978, teve como vencedor André Hyakutake, aluno da FAUUSP.

Eventos no Rio de Janeiro também foram promovidos pela Diretoria de 1976/1978. Os diretores cariocas, quando podiam, reproduziam conferências ocorridas em São Paulo ou promoviam atividades locais como as mesas redondas ocorridas nos dias 9 e 14 de dezembro de 1976, na PUC-Rio. Nesse evento, Marco Antônio A. Rezende participou, como presidente da ABDI, acompanhado de designers com atuação na cidade carioca.<sup>135</sup>

Durante um bom tempo, a união de entidades e profissionais do Rio de Janeiro e São Paulo produziu benefícios mútuos até em dimensão internacional. A ABDI chegou a cobrir os custos de inscrição da ESDI no ICSID *School Service*, que permitia à escola carioca receber informações internacionais sobre ensino de Design. A contrapartida da ESDI era repassar as informações às demais es-

133 RELATÓRIO DA DIRETORIA BIÊNIO 1976-1978. São Paulo: ABDI, 1978. 5 páginas datilografadas. p. 3. Uma publicação feita pelo MASP com os trabalhos, foi distribuída aos associados.

134 Aloísio Magalhães e Marco Antônio A. Rezende estavam entre os conferencistas. Compuseram a comissão de temário e organização: Aloísio Magalhães, David Pond, Décio Pignatari, José Zaragoza, Ludovico Martino, Luiz Villares, Marcelo Portela, Valéria London e Ricardo Ohtake. Norberto Chamma e Antônio Ferreira Martins estavam na comissão executiva.

135 Destacamos a presença de Aloísio Magalhães, Joaquim Redig, Luiz Blank, João Bezerra de Menezes, Sérgio Camardella e Sílvia Steinberg. Carta de 02 de dezembro de 1976, com o programa das mesas redondas, assinada por Valéria Munk London como diretora de planejamento da ABDI.

colas de Design do Brasil. A ABDI recebeu publicações, conferencistas do exterior, informações sobre eventos e entidades, frutos de contatos com o ICSID, o British Council do Brasil, a UNIDO (*United Nations Industrial Development Organization*) e a JIDA (*Japan Industrial Designers Association*).

Quando possível, representantes da ABDI foram enviados a eventos internacionais, para reforçar esses contatos, como o X Congresso do ICSID, realizado em setembro de 1977, em Dublin na Irlanda; e o Interdesign 78, realizado no México, em 1978. Entretanto, a Diretoria 1976/1978 encerrou sua gestão com críticas ao ICSID por esse órgão ter “se demonstrado de pouco interesse para nosso país”.<sup>136</sup> Mas sem entrar em detalhes, essa Diretoria recomendava que a próxima gestão avaliasse a “própria validade de continuar a fazer parte desta entidade”.

No plano das atividades profissionais, foi iniciado, em junho de 1977, um cadastro de profissionais, em conjunto com o Grupo de Desenho Industrial da Secretaria de Tecnologia Industrial do MIC. A primeira tentativa tinha sido em outubro de 1975, mas só obteve “um número reduzido de respostas”<sup>137</sup> ao envio das circulares. A Secretaria de Tecnologia Industrial requisitou o cadastro para atender aos pedidos dos empresários, de indicações de profissionais designers. Ao término da gestão 1976/1978, o cadastro possuía cerca de 30 nomes de profissionais e/ou escritórios, o que pode ser considerado limitado diante do número de associados da ABDI em 1976. Mesmo assim, a finalidade do cadastro junto à Secretaria de Tecnologia Industrial foi atendida.<sup>138</sup>

A Diretoria 1976/1978 manteve atendimento a consultas particulares de associados sobre remuneração, modelos de contratos e registros de projetos. Em maio de 1977, com uma circular para os associados, um “Guia da Prática Profissional” foi distribuído abordando essas e outras questões profissionais. Entre suas referências bibliográficas, estava o texto “Formas de remuneração”, publicado na revista *Produto e Linguagem* n. 3, de 1966.

O fato inédito, apontado pelo próprio balanço da Diretoria, foi a contratação e a remuneração da ABDI pela Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo para desenvolver um projeto de promoção do desenho industrial. O programa “Selo de Boa Forma” seria uma distinção conferida anualmente pelo Governo do Estado de São Paulo para os produtos lançados durante o ano “que se destacassem por suas características de ‘boa forma’”.<sup>139</sup> O projeto foi entregue, mas não há registro de sua implantação.

136 RELATÓRIO DA DIRETORIA BIÊNIO 1976-1978. *Op.Cit.* p. 2.

137 Carta aos associados, de 20 de junho de 1977, assinada por Marco A. A. Rezende. São Paulo, ABDI. 1 página mais anexo da ficha de inscrição no cadastro.

138 RELATÓRIO DA DIRETORIA BIÊNIO 1976-1978. *Op.Cit.* 1978.

139 ANTEPROJETO DO PROGRAMA SELO BOA FORMA. São Paulo: ABDI. 1977. 15 páginas datilografadas.

Havia uma participação maior de estudantes e profissionais novos diplomados em Desenho Industrial, tanto no corpo de associados (ou no público que procurava se associar) quanto em algumas reuniões da gestão 1976/1978, em São Paulo, sobre o problema de regulamentação da profissão e da regionalização que alimentaram algumas das discussões realizadas ao longo do período.

As representações regionais mantiveram-se majoritariamente compostas por profissionais que não conseguiram grande representatividade local. As exceções foram as do Rio de Janeiro e de Pernambuco, que mantiveram um movimento maior de pessoas com uma pauta de discussões. Ambas atuaram com uma referência de eixo nas entidades de ensino. Os núcleos regionais, entretanto, não foram oficializados, devido à não votação da proposta de novo Estatuto.<sup>140</sup> A minuta oficializada pela diretoria 1976/1978, como sua proposta de novo Estatuto, foi encaminhada pelo Grupo 1 – Estatuto, do Rio de Janeiro. Esse grupo já vinha questionando qual seria o melhor perfil para a formação de uma associação de classe que tivesse como base os profissionais de desenho industrial.

O grupo de trabalho do Rio de Janeiro,<sup>141</sup> intitulado “Profissão”, foi institucionalizado pela Diretoria de 1976/1978 para continuar a elaborar um projeto de lei que possibilitasse a regulamentação da profissão. Ao longo de seus trabalhos, em 1977, o grupo acabou por concluir que, devido ao caráter de associação cultural da ABDI, outras entidades de cunho trabalhista deveriam ser criadas para servirem de “embriões dos sindicatos de classe”.<sup>142</sup> A constatação vinha tanto das impossibilidades demonstradas, na prática, de se modificar os estatutos da ABDI quanto da impossibilidade jurídica, atestada por advogado consultado pelos cariocas.

Essas novas associações de caráter pré-sindical teriam dimensão estadual. Mas para alcançarem o *status* de sindicato teriam de ter um terço dos profissionais existente no estado em seu quadro associativo. Os diretores cariocas passaram, então, a dividir suas atenções entre o trabalho na ABDI e o caminho da regulamentação via entidade pré-sindical. Os diretores paulistas, por sua vez, após discussões com um grupo composto por 20 associados locais, decidem continuar a elaborar um projeto de regulamentação para ser encaminhado ao Congresso Nacional para aprovação. Esse caminho ainda era considerado, pelos associados de São Paulo, como “o mais simples” e mais rápido do que a “lentidão” do processo de reconhecimento oficial, via entidades pré-sindicais, pelo Ministério do Trabalho.<sup>143</sup>

140 RELATÓRIO DA DIRETORIA BIÊNIO 1976-1978. *Op.Cit.* 1978. p. 4.

141 Faziam parte deste grupo: Ana Luísa Escorel, Eliana Stephan, Evelyn Ferman, Gilberto Strunk, Joaquim Redig, José Abramovitz, Maria Beatriz Brandão e Valéria Munk London. BOLETIM INFORMATIVO ABDI. São Paulo: ABDI. n. 8. *Op.Cit.* p. 2.

142 RELATÓRIO DA DIRETORIA BIÊNIO 1976-1978. *Op.Cit.* 1978. p. 1.

143 *Id.Ibid.*

Essas ações divergentes entre diretores parecem ter se acentuado, ao final de 1977. Isso porque, ainda um pouco antes, em meados do mesmo ano, as reuniões dos profissionais paulistas tinham como pauta o recolhimento de assinaturas e adesões de formandos das escolas de desenho industrial<sup>144</sup> para procurar atingir o exigido um terço dos profissionais existentes para a formação do sindicato.<sup>145</sup>

O *Boletim Informativo* n. 9, de junho de 1977, estampava em sua primeira página a notícia do processo de trabalho que tinha concluído pela formação de entidades estaduais de caráter pré-sindical, em paralelo à ABDI e suas seções regionais (Figura 2.9). Portanto, era visão comum dos associados do Rio de Janeiro e de São Paulo, pelo menos nesta época, que a existência da nova entidade não excluiria a já existente. Seus objetivos e atuações seriam diferentes, mas complementares no campo do design.<sup>146</sup>

A aprovação do anteprojeto da regulamentação, acreditava-se, seria rápida, diante “da existência de associações profissionais e sindicatos atuantes”.<sup>147</sup> Quanto à ABDI, um papel de cunho muito mais cultural lhe era atribuído pela visão dos designers cariocas. A própria presença de empresários teria contribuído para a desistência da tentativa de transformação da ABDI em entidade de classe profissional e pré-sindical.

---

144 Atas das reuniões do Grupo de Trabalho ABDI, de 24 e 30 de maio de 1977. São Paulo, ABDI, 1977. 1 e 3 páginas respectivamente. O levantamento seria feito com auxílio dos representantes das escolas e os representantes regionais de outros estados.

145 Lucio Grinover, então Diretor da FAUUSP, e há algum tempo afastado da ABDI, é convidado a colaborar com contatos junto ao MEC em busca de informações sobre reconhecimento profissional e sindicalização. Ata da reunião da diretoria da ABDI, 1 de junho de 1977. São Paulo.

146 A entidade de caráter pré-sindical e estadual se chamaria “Associação dos Desenhistas Industriais do Estado ‘x’”. Cf. BOLETIM INFORMATIVO ABDI. São Paulo: ABDI. n. 9, junho de 1977.

147 BOLETIM INFORMATIVO ABDI. São Paulo: ABDI. n. 9. *Op.Cit.* 1977.



## Sindicatos para Desenhistas Industriais

Dando prosseguimento ao trabalho já desenvolvido, os Grupos de Trabalho do Rio de Janeiro procuraram dar embasamento jurídico à sua proposta de novos estatutos para a ABDI. Diante essas consultas a juristas, alguns pontos se destacaram, estando entre eles a organização dos profissionais a nível estadual, a organização sindical da classe e a regulamentação da profissão.

Portanto de ordem jurídica, mesmo que num futuro próximo, a ABDI tem a estrutura regionalizada, tais metas não poderão ser alcançadas através de seus canais.

Somente a partir da criação de Associações Estaduais de Profissionais podemos pensar na existência do Sindicato (Estadual) de Desenhistas Industriais.

Cabe ai uma revisão da nossa proposta de estatutos que, partindo de uma nova ordem do papel da ABDI, engloba pontos que transitem a uma associação cultural.

Além do aspecto regionalização, fundamental para uma existência mais real e dinâmica da ABDI, a existência das associações estaduais se coloca como indispensável.

Essas associações teriam um caráter pré-sindical, dando lugar a um sindicato na medida em que se cumpria um quadro de ações composto por 1/3 dos profissionais formados em cada estado.

No Rio de Janeiro, estamos sendo assessorados por um membro da Confederação Nacional das Profissões Liberais, para encaminhamento do processo burocrático necessário. O primeiro passo a ser dado será enviarmos ao Ministério do Trabalho um requerimento pedindo a criação da categoria profissional de Desenhista Industrial e que deverá ser assinado por um número significativo de profissionais formados por escolas oficializadas pelo MEC.

Estamos dependendo, no momento, de alguns documentos que deverão ser anexados ao requerimento. Sendo positivo a resposta do Ministério deverá ser baseada uma portaria criando a categoria profissional.

Será criada, então, a Associação dos Desenhistas Industriais do Rio de Janeiro e de outros estados que se mobilizarem nessa sentida.

É importante frisar que, baseada esta portaria, qualquer estado da federação

poderá ter a sua própria associação profissional.

A fase posterior será a de organização sindical.

Paralelamente a esse processo deverá ser concretizado o anteprojeto de lei para regulamentação da profissão.

Esse anteprojeto deverá ser aprovado com realiazeza, já que a necessidade da regulamentação profissional está sendo comprovada na prática, através da existência de associações profissionais e sindicatos atuantes.

Em função desses aspectos, a proposta de novos estatutos deverá ser reexaminada, levando-se em conta as características específicas da ABDI.

A defesa dos interesses da classe se coloca como ponto fundamental e é pensando essas questões que devemos nos organizar em todos os níveis, por uma melhor e maior atuação dos designers brasileiros.

Achamos de maior importância, agora, com um novo caminho aberto, que o assunto seja amplamente discutido por todos, a fim de que esse processo possa ser encaminhado de forma a preencher a lacuna existente em termos de organização da classe.

## Desenho Industrial: Uma profissão marginal

Nos dias 9 e 14 de dezembro de 76 foram realizadas, no Rio de Janeiro, duas mesas redondas promovidas pela ABDI e pela Coordenação de Artes da PUC.

As mesas discutiram problemas ligados ao Desenho Industrial no Brasil.

A primeira abordou o tema *Conceitualização e Perspectivas da Profissão* e dela participaram como expositoras: Sérgio Camargo (design), Joaquim Fleury (design), Marco Antônio Pazenda (presidente da ABDI) e Luiz Blank (designer).

A segunda mesa redonda discutiu problemas ligados ao Mercado de Trabalho e contou com os seguintes expositores: Mariana Marquês de Carvalho (designer), Gilberto Strunck (designer), Durcio Amado (industrial), Carlos Lissa (economista), Hirofide (professor de ergonomia) e Karol Sapry (gerente do marketing).

A primeira mesa contou com a presença de 120 pessoas e a segunda contou com aproximadamente 100 pessoas.

Identificados pelo Grupo de Trabalho "Profissão", as mesas procuraram enfatizar temas que pudessem nos ajudar a clarificar determinados aspectos relacionados com a prática e a conceitualização da profissão.

Como seria praticamente impossível reproduzir aqui a totalidade das

exposições e debates ocorridos, optamos por uma das intervenções, que achamos ser muito importante. Principalmente, porque tendo sido realizado por um macro-economista, propõe a análise de um problema específico baseado nos problemas mais gerais da sociedade.

Passamos, então à reprodução parcial da exposição feita por Carlos Lissa (relatório de fim graduação durante a 2ª mesa redonda).

"Como macro-economista, necessariamente vou ter que falar sobre generalidades e em tom sombrio, inclusive porque a economia política já foi definida como uma ciência sombria.

Para mim o Desenho Industrial é na verdade um dos segmentos de uma atividade que nós podemos conceituar como indústria da invenção.

Essa indústria da invenção ocupa um papel central no desenvolvimento do capitalismo. Na medida em que o Capitalismo avança em seu padrão de acumulação, o chamado progresso técnico que entre os seus segmentos inclui a tecnologia de produto, da qual o desenho industrial faz parte, vem se convertendo, cada vez mais, na fronteira de expansão desse mesmo sistema.

Isso poderia promover, a longo prazo, uma perspectiva otimista à atividade de desenho industrial.

Infelizmente, nas condições específicas brasileiras seria absolutamente óbvio a super que o quadro imprevisionavelmente imposto pela mesa possa sofrer modificações substanciais, mesmo a longo prazo.

Aqui vão alguns números para ilustrar o problema.

Em primeiro lugar: Na economia norte-americana, os gastos com tecnologia representam, hoje, 8% do produto interno.

6% do PIB norte-americano representam mais do que o total do PIB da economia brasileira.

2º dado. Mais afirmativo: Grossoamente, gastos com indústria da invenção podem ser agrupados em dois grandes subconjuntos:

1º conjunto - Pesquisa básica, ou seja, pesquisa das leis do mundo físico natural - conhecimento de ponta.

2º conjunto - RD - "Research Development" (título não identificado na lista).

"Outro dado ainda mais assustador: Aproximadamente metade dos gastos que se fazem com progresso técnico jamais chegam a ter qualquer utilização em processos produtivos.

Outro dado adicional: Hoje a chamada pesquisa de ponta anda 35 anos à frente do

Figura 2.9 Primeira página do Boletim Informativo n. 9, da ABDI, de junho de 1977.

Ações distintas<sup>148</sup> no Rio de Janeiro e em São Paulo, por parte dos diretores, refletiram as divergências crescentes e o inevitável rompimento entre as partes. Nos primeiros meses de 1978, os diretores do Rio de Janeiro se dedicam à fundação da APDINS-RJ, enquanto em São Paulo os diretores e associados locais continuaram com a agenda de atividades da ABDI, incluindo a elaboração do projeto de regulamentação da profissão e o processo de regionalização da Associação. A ABDI continuou a fazer contatos com seus associados em outros estados, mesmo no Rio de Janeiro, apesar do distanciamento dos associados que passaram a trabalhar pela nova Associação. Os próprios diretores cariocas, ao comunicarem a fundação da APDINS-RJ, alertam que a existência da APDINS-RJ “não se contrapõe à existência da ABDI” e que seria necessário os associados da ABDI tomarem uma posição “mais ativa” para evitar “um total esvaziamento da ABDI”.<sup>149</sup>

Apesar do balanço positivo que se fazia do biênio 1976/1978, um esvaziamento ocorreu na ABDI em 1978. A conclusão de algumas das principais ações teve de ser encaminhada para a próxima Diretoria.

## 2.5 ESFORÇOS DE RENOVAÇÃO E TÉRMINO

O esvaziamento da ABDI, no segundo semestre de 1978, ficou caracterizado pela dificuldade de formação de chapas para concorrer às eleições para a Diretoria do biênio 1978/80 e pela diminuição de sócios pagantes. Em abril de 1978, a Diretoria registrava quase 700 sócios, mas reclamava que “uns poucos” é que pagavam a anuidade.<sup>150</sup> O balanço financeiro apresentado no relatório da Diretoria do biênio 1976-1978 demonstrava que de 1976 a 1978, o saldo tinha se tornado negativo entre receita e despesa.

A Diretoria 1976/1978 terminava com três documentos prontos, resultantes das últimas de suas ações, e deixava-os para implantação por parte de uma nova Diretoria: propostas de novo Estatuto, lei de regulamentação da profissão e código de ética.<sup>151</sup> Em outubro de 1978, ocorre a primeira tentativa de formação de chapa e eleição. Entretanto, com a presença de 27 associados, a assembleia geral extraordinária de 28 de outubro, na FAUUSP, decide convocar para dezembro outra assembleia para eleições devido à inexistência de chapas inscritas para o biênio 1978/1980.

---

148 Sobre estas ações e divergências cotidianas, abordaremos detalhes que consideramos mais pertinentes contextualizá-los no Capítulo 4 do presente livro.

149 Carta aos associados, de 28 de agosto de 1978. Rio de Janeiro: ABDI, 1978. 3 páginas datilografadas.

150 Carta aos associados, de abril de 1978. São Paulo, 1 página.

151 Carta aos associados, de 6 de setembro de 1978, assinada por Sergio Kehl, p.p. Marco A. A. Rezende. São Paulo: ABDI. 1 página – anexo minutas dos 3 documentos citados.

A situação permaneceu a mesma na assembleia geral de 9 de dezembro, ocorrida também na FAUUSP. Apenas 15 associados estavam presentes e, diante dessa situação, uma nova proposta de dissolução da ABDI chega a ser discutida. Mas, com sete votos a favor dessa proposta e oito contra, uma proposta de eleição de uma Diretoria Provisória sai vitoriosa da reunião. Com o voto de minerva do presidente em exercício, Marco Antônio Amaral Rezende, a Diretoria Provisória ganha um mandato até março de 1979, quando se realizaria nova assembleia geral para eleição da nova Diretoria e votação de novo Estatuto. O programa da Diretoria provisória seria “realizar diagnóstico de atuação da ABDI”,<sup>152</sup> preparar os caminhos para maior participação de associados até março de 1979 e atuar na organização do 1º Encontro Nacional de Desenho Industrial – ENDI, que estava marcado para 1979, no Rio de Janeiro.

A renovação do quadro de dirigentes, e do corpo de associados que os assessorava, acentuou-se neste período. Seis dos novos diretores nunca tinham ocupado cargos na ABDI. Desses, Sérgio Akamatú, Néelson Graubart e Sônia Carvalho tinham trabalhado no escritório de Wollner em momentos diferentes. E todos os três se formaram em cursos de design. Segundo Akamatú, havia uma presença maior de profissionais recém-formados de diferentes cursos de Desenho Industrial de São Paulo.<sup>153</sup> Como alguns dos novos dirigentes de 1979 eram também professores,<sup>154</sup> o auxílio de estudantes e a parceria com instituições de ensino continuaram a caracterizar a realização de eventos da ABDI.

Poucos dos antigos articuladores e colaboradores da ABDI ainda frequentavam a Associação. Diferentes motivos nortearam os afastamentos, que vão desde o desestímulo com a situação da área do desenho de produto, conforme descrito anteriormente, até a dedicação a novas fases das respectivas carreiras ou à direção de seus escritórios que cresceram com o mercado de design gráfico.<sup>155</sup>

A representação de outros estados se reduziu em função do esvaziamento que a ABDI sofreu em 1978. Ainda assim, contava com a presença do carioca Mário Ewerton como um dos diretores de planejamento. Segundo Sônia, ela e Akamatú foram ao Rio de Janeiro conversar com os três diretores cariocas da

152 Ata da assembleia geral extraordinária, de 9 de dezembro de 1978. São Paulo, ABDI. 2 páginas.

153 Estes recém-formados seriam dos cursos da FAAP, do Mackenzie, da Universidade Santa Cecília dos Bandeirantes, da Cidade de Santos e da Universidade de Guarulhos. Entrevista realizada com Sérgio Akamatú, em 20 de novembro de 2000, na Cidade de São Paulo, com 1 hora de duração.

154 Eram professores da FAAP, Sérgio Akamatú, presidente da ABDI e Néelson Graubart, diretor de informação. Entrevista realizada com Sérgio Akamatú. *Op.Cit.* 2000.

155 Este foi o caso da Cauduro/Martino e de Alexandre Wollner. Lúcio Grinover assumiu a direção da FAUUSP e Ari Antonio da Rocha tinha ido lecionar no Rio Grande do Norte, em 1978.

gestão anterior sobre a nova gestão da ABDI que se iniciaria. Sônia assinala que eles tinham afinidades de pensamento com os três ex-diretores do Rio, mas achavam que a ABDI ainda tinha um papel próprio a ser cumprido.<sup>156</sup> Esse contato provavelmente também pretendia restabelecer relações com os designers cariocas após a criação da APDINS\_RJ.

A Diretoria anterior se fazia presente com a participação de Marco Antônio A. Rezende como diretor de planejamento, e a de Leib Seincman no apoio à infraestrutura de funcionamento da ABDI, que contribuiriam com suas experiências na entidade.<sup>157</sup> Após uma breve estadia no escritório do presidente Sérgio Akamatú, a sede se transferiu para a FAAP. Leo Seincman doou móveis para a sala que a FAAP cedeu para funcionar como sede da associação.<sup>158</sup> Era a segunda vez em sua história que a ABDI possuía uma sede fora dos escritórios dos presidentes e diretores, conforme tinha sido a tradição de nas gestões anteriores. Instituições de ensino foram sua principal base de apoio no início, e uma instituição de ensino a abrigaria no final.

Com poucos sócios pagantes e poucos participando de suas atividades, a nova Diretoria não pôde manter o nível de ações das duas gestões anteriores. Concentrou seus esforços em aprovar e encaminhar os documentos concluídos em 1978, promover a participação da ABDI nos fóruns de maior importância para a categoria, como o ENDI, acompanhar discussões sobre o novo currículo mínimo dos cursos de Desenho Industrial e sanear as finanças. Nesse último caso, procurou cancelar as inscrições dos sócios em débito com a ABDI, o que permitiria exercer uma pressão para a recuperação de receita por um lado e, por outro, facilitaria a aprovação de mudanças no estatuto, já que o quórum para isso deveria ser “a votação de cinqüenta por cento mais um dos sócios titulares”.<sup>159</sup> Segundo Sérgio Akamatú, o novo Estatuto chegou a ser votado em assembleia e encaminhado para registro em cartório. No entanto, isso não impediu a desarticulação da ABDI.

A gestão da Diretoria Provisória não se encerra em março de 1979, “por motivos alheios” à vontade dos diretores.<sup>160</sup> Seu mandato se estendeu na prática até 1980.

---

156 Entrevista realizada com Sônia Valentim de Carvalho, *Op. Cit.*, 2011.

157 Completavam a chapa: Jandir Silva, diretor de fundos e Wilson Roberto também diretor de planejamento.

158 Por esta doação Léo Seincman ganhou o título de sócio vitalício da ABDI, segundo informações de Mauro Torres.

159 Impresso “Sua cabeça está a prêmio” de 1979. Convoca para reunião, no dia 25 de outubro de 1979, da última assembleia geral extraordinária que discutia em caráter permanente a mudança de estatuto. Sem data, 1 página. São Paulo: ABDI.

160 Impresso “Agora a Coisa Vai”, remetido aos associados provavelmente entre março e setembro de 1979. São Paulo, ABDI, 1979. 2 páginas, frente e verso. p. 1.

O anteprojeto de regulamentação, elaborado na gestão do biênio 1976/1978, é apresentado ao Deputado Athiê Coury (PDS-SP), que o encaminha ao Congresso Nacional<sup>161</sup> ainda antes da realização do 1º ENDI, ocorrido em outubro de 1979.

O 1º ENDI foi um fórum promovido pelas Associações existentes na época: ABDI, APDINS-RJ e APDINS-PE. Em certo sentido seria, na prática, a coexistência de entidades de características diferentes. A ABDI conseguiu mobilizar profissionais e estudantes de várias regiões de São Paulo e levou cerca de cinco ônibus cheios para a cidade do Rio de Janeiro.<sup>162</sup> Segundo Sérgio Akamatú, era uma delegação quase tão numerosa quanto a local, mobilizada pela APDINS-RJ. Durante o evento, as delegações do Rio de Janeiro e de São Paulo entraram em conflitos e discussões devido aos encaminhamentos realizados em paralelo, por ambas as partes, de documentos distintos sobre o projeto de regulamentação da profissão e sobre o currículo mínimo. No entanto, o 1º ENDI termina com a aprovação, depois de algumas negociações, de um documento de consenso para cada um desses projetos.<sup>163</sup> O projeto de regulamentação da profissão tirado nesse ENDI iria servir de referência para as tentativas feitas ao longo dos anos 1980, já que o elaborado pela ABDI e encaminhado pelo Deputado Athiê Coury “foi considerado inconstitucional pela Comissão de Justiça, por julgar que a criação de Conselhos Federais era competência do Presidente da República”.<sup>164</sup>

Apesar da grande mobilização conseguida pela ABDI para o ENDI, o cotidiano da Diretoria continuava com poucas participações para levar a cabo as atividades do programa de trabalho.

O Conselho de empresários não atuava mais junto à Diretoria desde 1978. Como consequência do interesse de determinados diretores da FIESP e do Governo do Estado de São Paulo em design, um Núcleo de Desenho Industrial começa a ser planejado para funcionar dentro da entidade empresarial paulista. Em 1978, a Diretoria do biênio 1976/1978 tinha colaborado esse planejamento como parte de ações programáticas para estreitar laços com entidades de classe empresariais. Em novembro de 1979 foi inaugurado o Núcleo de Desenho Industrial – NDI-FIESP. As ações que o Núcleo empreendeu, inicialmente, abrangiam algumas

---

161 O deputado Athiê Coury apresentou a proposta da ABDI no Congresso Nacional em maio de 1980. Projeto de Lei n. 2946, de 08 de maio de 1980 (<http://pt.scribd.com/doc/69147946/3o-PL-2946-1980>).

162 Entrevista realizada com Sérgio Akamatú. *Op.Cit.* 2000.

163 As características do projeto de regulamentação do 1º ENDI estão apresentadas no Capítulo 3.

164 LIDEN, Júlio Vander. “Da ESDI aos ENDI, passando pelas APDINS: breve histórico dos primeiros esforços para institucionalizar o Design/Desenho Industrial no Brasil por meio de projeto de regulamentação da profissão”. Rio de Janeiro. Unicarioca. 2003. Texto no site [www.carioca.br](http://www.carioca.br) acessado em 30 de agosto de 2003.

atividades semelhantes às aquelas empreendidas pela ABDI: promoção de palestras e debates sobre design, participação em feiras promocionais e cadastro profissional de designers. Tanto essas atividades quanto as demais ações do NDI tinham como um de seus objetivos principais divulgar e conscientizar os associados da FIESP das vantagens que poderiam surgir com a adoção do design pelas empresas.

Estava, portanto, cumprido em parte uma das tarefas que a ABDI tinha empreendido em sua existência.<sup>165</sup> Só que com pessoal pago em horário integral para cumpri-la. Apesar de um início de boas relações entre a ABDI e o NDI, conflitos acabam afastando a possibilidade de ações integradas entre as duas entidades.<sup>166</sup> O NDI-FIESP passa a ser um dos órgãos institucionais de maior atividade de divulgação sobre o design em São Paulo, nos anos 1980 e 1990. O advento do NDI, e de suas atividades no cenário paulista da época, acabou por se configurar em um dos elementos, entre vários outros, que contribuíram para um esvaziamento da ABDI no final dos anos 1970.

Em fins de 1980, segundo Sérgio Akamatú, praticamente só a Diretoria comparecia às reuniões. Uma assembleia é convocada para tentar discutir o destino da ABDI e tomar uma decisão sobre as eleições para uma nova Diretoria.

Entretanto, a iniciativa não consegue manter a Associação viva. Sem apresentação de chapas para eleição de uma nova Diretoria, Akamatú se recusa a formar chapa ou prorrogar o mandato de sua gestão. Dessa forma, a Associação pioneira deixou de funcionar, sem ser encerrada legalmente, em meio a um cenário nacional de novas associações profissionais e escolas de design surgindo em vários estados brasileiros.

---

165 A fundação do NDI, para João Carlos Cauduro, atendia ao desejo dos empresários de terem um organismo que pudesse estar totalmente voltado para um “programa específico de dar assessoria para as indústrias”. A ABDI possuía outros interesses e atividades, como reunir os profissionais e discutir suas necessidades como prestadores de serviços. Entrevista realizada com João Carlos Cauduro. *Op.Cit.* 2003. Motivos semelhantes também são atribuídos por Akamatú, para quem os empresários que atuavam na ABDI começaram a achar, nesta época, que os “profissionais estavam interessados em defender sindicatos” e “assuntos mais pessoais” que o papel mais institucional que a ABDI vinha cumprindo até então. Entrevista realizada com Sérgio Akamatú. *Op.Cit.* 2000.

166 Akamatú exemplifica com o cadastro profissional que o NDI requisitou da ABDI, mas que ficaria em nome do Núcleo sem uma contrapartida para a associação profissional. Entrevista realizada com Sérgio Akamatú. *Op.Cit.* 2000.